



LIVRO ELETRÔNICO

CONCURSO PÚBLICO NACIONAL
UNIFICADO
2ª. Edição

EIXO TEMÁTICO 02
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E
REGIONAL NO BRASIL

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO
BRASIL

Tipo de Aula em PDF:

Aula em PDF Autossuficiente (Teoria e Questões comentadas)

Aula em PDF de Revisão (Direto ao Ponto)

Aula em PDF de Reta Final

Autor:
Maria das Graças Rua
Alvaro Costa Jr.



Sumário

.....	1
1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL : CONCEITOS ESSENCIAIS E INDICADORES	3
2. CELSO FURTADO E OS FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL	7
3. ENTRE DESIGUALDADES E ESTRATÉGIAS: A FORMAÇÃO DA AGENDA REGIONAL BRASILEIRA	11
4. IMPACTOS DAS DESIGUALDADES NO BRASIL	21
5. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	26
6. A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR): ASPECTOS RELEVANTES	39
6.1 VÍNCULOS COM AS ORIENTAÇÕES DA ESTRATÉGIA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO 2020-2031	45
6.2 Vínculos com o Plano Plurianual 2024 – 2027	46
7. O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL BNDES	50
REVISÃO POR QUESTÕES COMENTADAS FGV E MULTIBANCAS	60

1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL : CONCEITOS ESSENCIAIS E INDICADORES

Desenvolvimento regional refere-se a políticas e estudos voltados a promover o progresso econômico e social em determinadas regiões – geralmente áreas geográficas subnacionais – especialmente naquelas consideradas menos desenvolvidas. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento não ocorre de forma uniforme em todo o território, resultando em disparidades regionais significativas. Assim, o desenvolvimento regional busca reduzir esses desequilíbrios, elevando o bem-estar e as oportunidades em todas as partes do país.

Embora inter-relacionados, os conceitos de desenvolvimento regional, urbano e local apresentam **enfoques distintos** e operam em diferentes escalas. O **desenvolvimento urbano** refere-se ao conjunto de políticas e ações voltadas às **cidades e áreas metropolitanas**, envolvendo temas como planejamento urbano, mobilidade, infraestrutura, habitação, saneamento básico e qualidade de vida urbana. Trata-se, portanto, de uma abordagem centrada nos centros urbanos, com foco em suas dinâmicas internas e nos serviços públicos que os sustentam.

Por outro lado, o **desenvolvimento local** está associado a **iniciativas em pequena escala**, muitas vezes circunscritas ao nível municipal ou comunitário. Essa abordagem valoriza a **participação ativa da comunidade local**, buscando o aproveitamento das **vocações econômicas, culturais e sociais específicas** de um território. Exemplos incluem cooperativas agrícolas, redes de turismo comunitário, artesanato regional e microempreendimentos. O desenvolvimento local é, assim, profundamente enraizado nas potencialidades e identidade dos territórios.

Já o **desenvolvimento regional** opera em uma **escala intermediária**, entre o urbano e o local. Engloba **mesorregiões ou macrorregiões**, como o Nordeste, a Amazônia Legal ou o Centro-Oeste, e envolve políticas públicas

integradas e coordenadas, com o objetivo de **promover a coesão territorial** e reduzir disparidades socioeconômicas entre diferentes partes do país. O desenvolvimento regional reconhece as interações entre **áreas urbanas e rurais**, entre polos e periferias, e busca articular ações nos campos da infraestrutura, produção, inovação, educação e inclusão social.

Em síntese, enquanto o **desenvolvimento urbano** e o **local** tratam de **espaços mais restritos**, o desenvolvimento **regional** aborda **áreas amplas e heterogêneas**, exigindo estratégias mais complexas e multissetoriais. Cada um desses níveis desempenha papel complementar no planejamento do território e na promoção de um desenvolvimento mais justo e equilibrado.

Para diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento regional, emprega-se uma variedade de indicadores. Alguns dos principais são: Produto Interno Bruto (PIB) per capita – medida da riqueza econômica por habitante – e sua distribuição setorial; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) – que agrega renda, saúde e educação para avaliar o bem-estar; coeficiente de Gini – que mede a desigualdade de renda (0 = total igualdade; 1 = máxima desigualdade); além de indicadores sociais como taxa de pobreza, mortalidade infantil, escolaridade, desemprego e infraestrutura disponível.

Também existem métricas específicas como o Índice de Williamson de desigualdades regionais que avalia disparidades entre regiões. Esses indicadores fornecem um panorama quantitativo das diferenças regionais, orientando a formulação de políticas de desenvolvimento.

Como aponta Cruz, Melo, Silva Filho e Ribeiro (IPEA, 2025),¹ para compreender de maneira objetiva as desigualdades regionais, especialmente em países de grandes dimensões como o Brasil, é necessário o uso de métricas capazes de expressar essas disparidades em termos econômicos. Um dos indicadores mais utilizados nesse contexto é o Coeficiente de Williamson, proposto por Jeffrey G. Williamson em 1965.

¹ CRUZ, Bruno de Oliveira; MELO, Juliana Aguiar de; SILVA FILHO, Luís Abel da; RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional: monitoramento e avaliação de impactos dos fundos constitucionais*. Brasília: Ipea: MIDR, 2025. v. 1, 133 p.: il.

Williamson desenvolveu esse índice inspirado nos estudos de Simon Kuznets, particularmente na chamada hipótese do U-invertido. Essa teoria parte da observação de que, no início do processo de desenvolvimento econômico, as desigualdades de renda tendem a aumentar. Isso ocorre porque o crescimento se concentra, inicialmente, em determinadas regiões mais dinâmicas, que atraem investimentos e trabalhadores migrantes. Entretanto, essa migração nem sempre é acompanhada por qualificação profissional, o que limita a absorção da mão de obra pelo setor moderno urbano, gerando bolsões de pobreza e desigualdade – tanto dentro das regiões quanto entre elas.

A ideia central de Kuznets é que, com o amadurecimento da economia, a própria expansão dos setores mais produtivos e a difusão do progresso técnico tenderiam a reduzir essas desigualdades, formando o padrão gráfico de um “U invertido”: primeiro as disparidades aumentam, depois diminuem com o tempo. Williamson aplicou esse raciocínio ao plano regional, sugerindo que, durante o crescimento econômico, as desigualdades inter-regionais também seguiriam esse padrão: cresceriam inicialmente para depois se reduzirem à medida que os ganhos do desenvolvimento se disseminassem geograficamente. Para testar essa hipótese, o autor construiu o Coeficiente de Williamson, que é uma medida estatística da disparidade entre a renda per capita das regiões e a média nacional, ponderada pela participação populacional de cada região.

 Como funciona o Coeficiente de Williamson?

De modo simplificado, o coeficiente é calculado da seguinte forma:

$$CW = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^n [P_i \cdot (Y_i - \bar{Y})^2]}}{\bar{Y}}$$

Onde:

- CW : Coeficiente de Williamson;
- P_i : proporção da população da região i em relação à população total;
- Y_i : renda per capita da região i ;
- \bar{Y} : renda per capita média nacional.

Quanto maior for o valor do coeficiente, maior é a disparidade regional. Um valor elevado indica que existem grandes diferenças entre as rendas das regiões em comparação com a média nacional. Um valor mais baixo indica um nível de homogeneidade regional maior.

Aplicações e Resultados para o Brasil

Na pesquisa original de Williamson, feita com uma amostra de 24 países, o Brasil apresentou o coeficiente mais alto (0,7) – o que evidenciava, já na década de 1960, um dos maiores graus de desigualdade regional entre as nações analisadas.

Desde então, esse coeficiente foi amplamente utilizado em estudos sobre a economia brasileira. Embora as metodologias e bases de dados possam variar entre os autores, as conclusões geralmente convergem: houve uma tendência de redução das disparidades regionais no Brasil ao longo do tempo, o que se refere ao processo conhecido como convergência regional.

Entretanto, essa convergência ocorre de forma lenta. Segundo a literatura, mesmo mantendo taxas de crescimento acima da média nacional, a região Nordeste levaria cerca de 50 anos para atingir 75% do PIB per capita nacional – esse valor (75%) é, inclusive, a linha de corte utilizada pela União Europeia para definir regiões que ainda precisam de apoio de coesão regional.

Esse dado evidencia que, apesar de avanços, o ritmo da redução das desigualdades regionais brasileiras é insuficiente quando comparado a experiências internacionais. As causas são múltiplas: infraestrutura desigual,

baixa densidade produtiva em certas regiões, concentração de serviços de alto valor em grandes centros, entre outros fatores estruturais e históricos.

✓ Por que isso importa?

Para quem atua com políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico, como o futuro analista técnico, compreender o Coeficiente de Williamson é essencial porque ele fornece um parâmetro claro e comparável da evolução das desigualdades espaciais. Além disso, ele permite:

- Avaliar se políticas regionais estão reduzindo disparidades ao longo do tempo;
- Identificar regiões que permanecem mais distantes da média nacional;
- Analisar o impacto de programas como o PAC, PNDR ou fundos constitucionais;
- Estabelecer metas mensuráveis de coesão regional.

Em resumo, esse índice vai além de uma métrica técnica: ele é um termômetro da equidade territorial no Brasil – uma das principais finalidades das políticas de desenvolvimento regional.

2. CELSO FURTADO E OS FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

A figura de Celso Furtado é central no desenvolvimento regional brasileiro, especialmente no Nordeste. Economista paraibano, Furtado foi fortemente influenciado pelo estruturalismo latino-americano da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Atuou na CEPAL entre 1949 e 1957, sob liderança de Raúl Prebisch, participando de uma geração de economistas que diagnosticavam o padrão centro-periferia e pregavam a industrialização das economias periféricas como caminho para superar o subdesenvolvimento.

Essa experiência cepalina moldou a visão de Furtado sobre as causas do atraso do Nordeste – ele entendia que não se devia apenas a fatores climáticos (a seca), mas a estruturas econômicas históricas e à concentração de investimentos no Centro-Sul.

Em 1958, Furtado liderou um estudo aprofundado (relatório do GTDN) sobre a economia nordestina, concluindo que era preciso planejamento regional e intervenção coordenada para tirar a região da estagnação. Com apoio político do presidente Juscelino Kubitschek, foi criada em dezembro de 1959 a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), e Celso Furtado foi nomeado seu primeiro superintendente. A SUDENE foi concebida como órgão autônomo de planejamento regional, “crucial para o início do processo de industrialização da região”. A influência das ideias da CEPAL é evidente: tanto na SUDENE quanto no Plano de Metas de JK, prevalecia o enfoque desenvolvimentista – investir em infraestrutura, indústria e integração de mercados regionais – como motor do crescimento.

Sob Furtado (1959-64), a SUDENE elaborou planos econômicos para o Nordeste, incluindo investimentos em energia (como usinas no Rio São Francisco), estradas, portos, industrialização (incentivos fiscais para atrair indústrias) e reformas estruturais (chegou-se a discutir reforma agrária). Houve ousadia no planejamento: por exemplo, planejaram a rodovia BR-230 (Transamazônica) e o Porto de Suape (PE) pensando em escoar produção de regiões interiores que na época ainda nem eram grandes produtoras – visão estratégica que se provou acertada décadas depois.

A CEPAL e o pensamento estruturalista forneceram a base intelectual para a SUDENE. A visão era de que o Nordeste não avançaria apenas com ações pontuais de combate à seca; era preciso mudar a estrutura econômica, diversificando além da agroexportação decadente (açúcar, algodão) e promovendo a industrialização regional. Celso Furtado incorporou essas ideias, enfatizando planejamento de longo prazo e intervenção estatal coordenada. O enfoque era desenvolvimentista, ou seja, acreditar que políticas públicas bem planejadas poderiam induzir crescimento equilibrado. *Tanto na Sudene quanto*

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

📄 Aula em PDF 2025 📄 | Pós-Edital ENAP/FGV

no governo JK, o enfoque desenvolvimentista defendido pela Cepal foi determinante” para os rumos adotados. Essa “trajetória cepalina” de Furtado deixou um legado de metodologia de planejamento participativo e diagnóstico criterioso das potencialidades e carências regionais. Por exemplo, a Sudene mapeou, setor por setor, as necessidades do Nordeste (irrigação, energia, transporte, educação técnica etc.), seguindo a máxima cepalina de que o subdesenvolvimento tem causas estruturais identificáveis e pode ser superado com políticas certas.

Além disso, a CEPAL influenciou a formação de quadros técnicos: Furtado e equipe treinaram jovens economistas e engenheiros nordestinos, muitos formados em cursos inspirados pelo modelo cepalino de planejamento. Essa capacitação regional gerou uma geração de planejadores comprometidos com a causa do Nordeste. Em suma, o estruturalismo forneceu tanto o diagnóstico (entender o atraso nordestino dentro do contexto maior de dependência econômica) quanto as ferramentas de ação (planejamento estatal, investimento em setores-chave, reforma de estruturas arcaicas).

Nos seus primeiros cinco anos, a SUDENE funcionou como um laboratório de planejamento regional inovador. Com Celso Furtado na Superintendência e respaldo político do presidente (primeiro JK, depois Jânio Quadros e João Goulart), a autarquia tinha relativa autonomia para articular programas. O Conselho Deliberativo reunia os 11 governadores dos estados do Nordeste mais o do Espírito Santo (na época incluído por razões administrativas) e representantes de ministérios – um arranjo federativo inédito, dando voz coletiva à região. Esse conselho aprovava planos e projetos, alinhando interesses locais com a estratégia regional.

A SUDENE coordenava investimentos através de programas como o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste e planos trienais, priorizando projetos estruturantes (usinas elétricas, estradas, projetos agroindustriais). Também controlava incentivos fiscais: empresas que se instalassem no NE podiam receber isenção de impostos via o chamado Fundos de Investimento do Nordeste (FINOR), criado em 1962. Institucionalmente, a Sudene era vista como um

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

📄 Aula em PDF 2025 📄 | Pós-Edital ENAP/FGV

modelo de integração de políticas – articulando União, estados e iniciativa privada em prol de objetivos comuns.

Esse período foi marcado por intenso debate político. As propostas da Sudene integravam a pauta das *Reformas de Base* do governo João Goulart (como reforma agrária, fiscal, bancária), o que gerava oposição de elites tradicionais. Ainda assim, até 1964 a Sudene manteve o foco original de reduzir a “letargia” da economia nordestina, nas palavras da economista Tânia Bacelar, ou seja, reativar o crescimento de uma região estagnada desde a crise do complexo agroexportador açucareiro. Programas de emergências contra a seca também continuaram (frentes de trabalho, açudagem), mas agora inseridos numa estratégia de desenvolvimento de longo prazo, não apenas assistencialista.

Em 1962, Celso Furtado chegou a acumular o cargo de Ministro Extraordinário do Planejamento do governo federal, elaborando o Plano Trienal nacional, o que reforçou a articulação entre a Sudene e a política econômica do país. Isso mostrou o protagonismo institucional que a Sudene atingira: o Nordeste pautava, em alguma medida, a agenda nacional de desenvolvimento no início dos anos 1960.

O golpe militar de 1964 interrompeu esse projeto original. Celso Furtado foi afastado (acabou exilado pelo novo regime) e a SUDENE sofreu reestruturação drástica em seus objetivos e funcionamento. Os militares desconfiavam da autonomia e do viés reformista da Sudene, e portanto esvaziaram parte de suas funções. A instituição passou a ter cortes orçamentários significativos e perda de poder de decisão sobre investimentos. Como descreve Colombo (2020), “*com o golpe, a Sudene sofreu modificação drástica... planos da Sudene foram substituídos pelos chamados Programas Especiais*”, voltados sobretudo a obras hídricas e integração física, “desconsiderando as particularidades e demandas” locais.

A partir de 1964, a Sudene deixou de planejar o desenvolvimento abrangente e virou executora de programas definidos centralmente pelos militares – muitos focados em obras de combate à seca (a chamada “indústria da seca”) ou em integrar o Nordeste ao mercado nacional sem alterar as estruturas produtivas

locais. Reformas estruturais, como a agrária, foram abandonadas. A prioridade do regime era o crescimento econômico acelerado do país (o “milagre econômico” pós-1968) e a Sudene teve que se alinhar a essa estratégia, atuando mais como *agência administradora de incentivos* do que como órgão de planejamento autônomo.

Ainda assim, a Sudene não foi extinta – manteve algum papel na coordenação regional, e nos anos 1970 viabilizou projetos importantes de infraestrutura no Nordeste (usinas hidrelétricas como Paulo Afonso IV, ferrovias, polos petroquímicos como Camaçari em 1978 etc.). Entretanto, progressivamente, a crítica é que ela se tornou “mero órgão de ocupação política”, perdendo o espírito tecnocrático original. Ao longo das décadas seguintes, a Sudene sofreu altos e baixos até ser extinta em 2001 pelo governo Fernando Henrique (após denúncias de corrupção) e recriada em 2003 pelo governo Lula, tentando resgatar sua missão original.

Em síntese, de 1959 a 1964 a Sudene representou uma experiência inovadora de desenvolvimento regional guiada por planejamento estatal e participação regional. O golpe de 1964 enfraqueceu seu protagonismo, alinhando-a ao modelo centralizador dos militares e esvaziando propostas mais transformadoras para o Nordeste. O legado de Celso Furtado, contudo, permaneceu como referência histórica e inspira até hoje novas iniciativas de combate às desigualdades regionais.

3. ENTRE DESIGUALDADES E ESTRATÉGIAS: A FORMAÇÃO DA AGENDA REGIONAL BRASILEIRA

O Brasil tem uma longa história de implementação de Programas de Desenvolvimento Regional, visando reduzir as desigualdades e promover o crescimento econômico e social em suas diversas regiões. Esses programas têm

abordado desde a infraestrutura e a industrialização até a agricultura, educação e saúde, refletindo as necessidades e potencialidades específicas de cada região.

Década de 1950 e 1960: Início das Políticas de Desenvolvimento Regional

- **Superintendência do Desenvolvimento da Região Nordeste (SUDENE):** Criada em 1959, sob a liderança do economista Celso Furtado, a SUDENE foi a primeira grande iniciativa de desenvolvimento regional no Brasil, focada no combate às desigualdades socioeconômicas do Nordeste. Utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), a SUDENE buscou promover a industrialização e a infraestrutura na região.
- **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM):** Instituída em 1966, a SUDAM tinha como objetivo promover o desenvolvimento da Região Amazônica, através do incentivo à industrialização, à agropecuária e à exploração sustentável dos recursos naturais.

Décadas de 1970 e 1980: Expansão e Diversificação

- **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):** Durante essas décadas, o governo federal expandiu e diversificou as políticas de desenvolvimento regional, criando mais fundos e programas específicos para outras regiões, como o Centro-Oeste e o Sul, além de implementar políticas setoriais que tinham impactos regionais significativos.

Décadas de 1990 e 2000: Reformulação e Novas Diretrizes

- **Reestruturação das Superintendências:** A SUDENE e a SUDAM foram temporariamente extintas na década de 1990, devido a casos de corrupção e ineficiência, mas foram recriadas no início dos anos 2000 com novos marcos regulatórios e diretrizes operacionais.

A política de desenvolvimento regional no Brasil **é um conjunto de estratégias e ações governamentais destinadas a promover o crescimento econômico e a redução das desigualdades entre diferentes regiões do país**. Este esforço visa equilibrar o desenvolvimento socioeconômico, aproveitando as potencialidades locais e mitigando as disparidades regionais históricas. O histórico dessas políticas reflete uma série de iniciativas, programas e fundos criados ao longo dos anos, com diferentes abordagens e resultados Brandão & Siqueira (2013)² sustentam que o desenvolvimento regional brasileiro exibe quatro características:

- (1) **A forte concentração nos espaços litorâneos** devido à trajetória de colônia de exploração para exportação e da e da longa persistência do modelo econômico baseado na exportação de bens primários;
- (2) **A diversidade regional** que se deve ao fato do desenvolvimento brasileiro ter se estruturado sobre um território que comporta seis biomas diferentes e doze grandes bacias hidrográficas.
- (3) **A desigualdade regional**, que se ampliou muito no século XX, quando o país consolidou sua inserção na economia industrial, fortemente concentrada no

² Brandão, Carlos & Siqueira, Hipolita.(Orgs.) (2013)Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo.

eixo Sudeste-Sul, puxada pelo capital nacional, as grandes empresas estatais e as multinacionais. Apesar dessa concentração, o processo de industrialização brasileiro foi capaz de integrar o mercado brasileiro, em grande parte devido ao investimento público na infraestrutura de transporte, que fortaleceu o mercado interno.

(4) **A agenda desenvolvimentista-nacionalista que prevaleceu entre a década de 1960 e 1980**, com políticas de desenvolvimento regional – voltadas para o fortalecimento da base produtiva – primeiramente do Norte e Nordeste brasileiros e, em seguida, do Centro-Oeste – que se tornaram o foco das iniciativas do governo federal.

Conforme Cruz *et al* (IPEA, 2025, Op.cit), as desigualdades regionais no Brasil são resultado de um processo histórico complexo, multifacetado e cumulativo. Elas não surgiram de maneira espontânea nem são meras expressões de diferenças naturais. Diversos fatores estruturais e institucionais, operando em diferentes momentos da formação econômica e territorial do país, contribuíram para a concentração do crescimento em determinadas regiões e a estagnação relativa de outras.

Entre os fatores iniciais, destacam-se as diferenças de dotação natural entre as regiões brasileiras – o que se convencionou chamar de causas de “primeira ordem”. Aspectos como disponibilidade de água, acesso ao litoral, qualidade do solo e localização estratégica para o comércio internacional influenciaram diretamente a ocupação territorial e o tipo de atividade econômica desenvolvida em cada região. No entanto, essas diferenças geográficas por si só não explicam a escala da desigualdade regional atual.

O processo de colonização e a institucionalização da escravidão configuraram as bases de uma economia agroexportadora voltada para o mercado externo, com forte concentração fundiária e exclusão da população negra e indígena dos benefícios da acumulação de riqueza. Esse padrão gerou um modelo social profundamente desigual, cuja herança persiste até hoje em diversas regiões, principalmente no Norte e Nordeste.

Outro elemento central está relacionado à forma como o crescimento econômico se deu ao longo do século XX. Durante décadas, o Brasil seguiu um padrão de crescimento concentrado, com a formação de polos industriais restritos, especialmente no Sudeste — notadamente em São Paulo —, sem estabelecer redes produtivas ou de infraestrutura integradas com o restante do território. O desenvolvimento industrial baseado em economias de aglomeração — como no caso do ciclo do café seguido pela industrialização paulista — fez com que a produtividade e os empregos qualificados se concentrassem nas áreas mais desenvolvidas, enquanto outras regiões permaneciam com atividades de baixa intensidade tecnológica e renda limitada.

Essa estruturação econômica gerou uma estrutura produtiva pouco integrada e altamente heterogênea, na qual as regiões mais avançadas absorveram os principais investimentos públicos e privados, além de concentrarem as inovações tecnológicas. Como consequência, regiões como o Nordeste permaneceram ancoradas em economias baseadas na produção primária, voltadas à exportação de commodities, com fraca capacidade de gerar um mercado interno capaz de sustentar a industrialização regional.

Além disso, o Brasil carrega uma forte desigualdade interpessoal de renda e riqueza, que se entrelaça com a desigualdade territorial. A concentração de renda nas camadas mais ricas da população também se distribui espacialmente, com maior renda média nas regiões Sul e Sudeste e menores rendimentos nas regiões Norte e Nordeste. Essa desigualdade entre pessoas, somada à desigualdade entre regiões, acentua os efeitos da exclusão e limita o alcance das políticas públicas redistributivas.

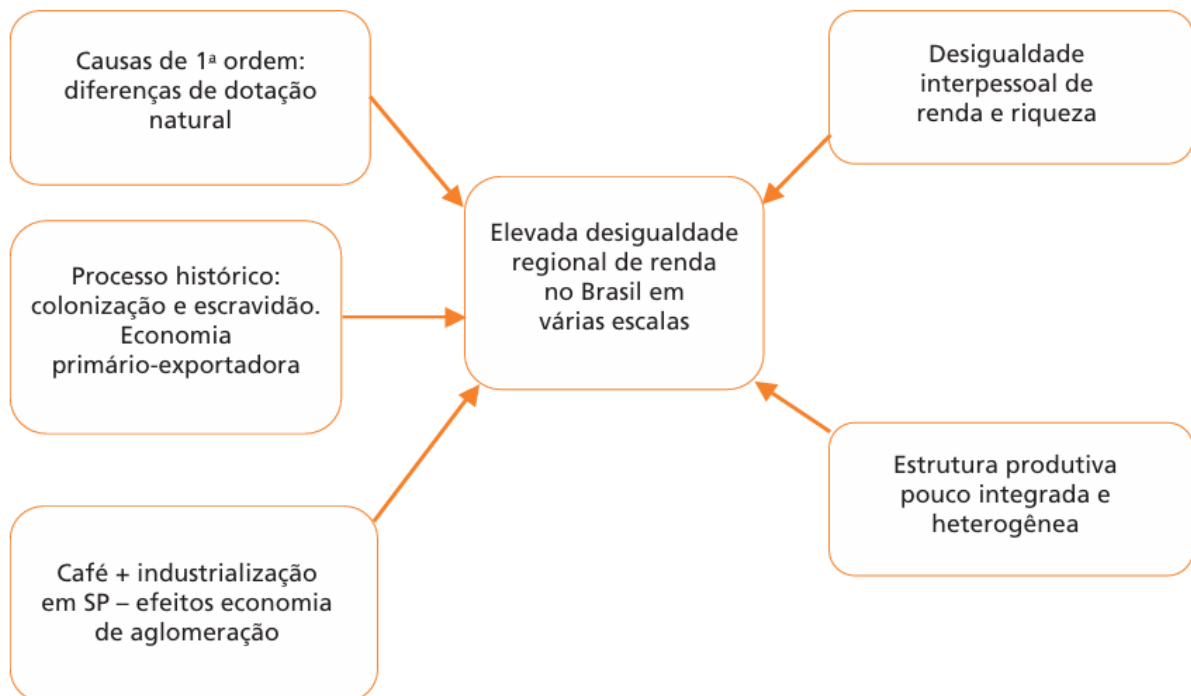
Esses elementos revelam que a elevada desigualdade regional de renda no Brasil é produzida por um conjunto de fatores que operam simultaneamente em diferentes escalas: desde a geográfica e natural, até a institucional e socioeconômica. O padrão de industrialização concentrado no Sudeste, a fragilidade das redes inter-regionais de infraestrutura, a falta de articulação

produtiva e a persistência de um modelo fundiário excludente contribuíram para perpetuar assimetrias regionais por todo o século XX e início do XXI.

Mesmo com avanços na integração territorial, essa integração ainda se dá de forma parcial e fragmentada. Os ganhos do crescimento econômico não foram distribuídos de maneira equilibrada entre as regiões, e o Brasil continua convivendo com a coexistência de áreas com padrões de desenvolvimento semelhantes ao de países desenvolvidos e outras com características de subdesenvolvimento.

Esse quadro pode ser visualizado de forma sintética na Figura 1, que apresenta os principais determinantes da desigualdade regional no Brasil, agrupando-os em causas naturais, históricas, estruturais e socioeconômicas.

FIGURA 1
Síntese das origens e das causas da desigualdade regional no Brasil



Elaboração dos autores.

Retirado de IPEA (2025, Idem)

Como vimos anteriormente, Uma forma recorrente e consistente de mensurar as disparidades regionais ao longo do tempo é por meio do **Coeficiente de Williamson**. Como vimos anteriormente, esse índice expressa o grau de desigualdade entre as rendas per capita regionais em relação à média nacional, ponderado pela participação populacional de cada unidade territorial. Quanto maior seu valor, mais acentuadas são as disparidades econômicas entre as regiões.

O cálculo do coeficiente pode variar conforme a escala territorial utilizada – por exemplo, se se consideram **estados, mesorregiões ou municípios**. Estudos que adotam os **estados como unidade espacial**, como o de Ribeiro (2015), apontam valores médios em torno de **0,46**, o que já indica um nível elevado de desigualdade regional no contexto internacional.

Contudo, se voltarmos à estimativa original realizada por **Jeffrey Williamson**, com dados da década de 1950, o **coeficiente do Brasil foi calculado em 0,7**, o maior entre os 24 países analisados à época. Esse valor demonstrava o quão profunda era a clivagem regional brasileira. Desde então, observou-se uma tendência à redução desse indicador, embora ele ainda se mantenha **muito acima dos patamares de países mais integrados territorialmente** – como os Estados Unidos, onde o coeficiente gira em torno de **0,2**, de acordo com estudos da literatura especializada.

Além de comparar com dados internacionais, é fundamental observar a evolução interna ao longo das últimas décadas. O **Gráfico 1** apresenta a trajetória do Coeficiente de Williamson no Brasil no período de **2002 a 2020**, utilizando como base o **PIB municipal a preços constantes**. Essa abordagem mais detalhada, ao nível local, permite captar com maior precisão as dinâmicas de concentração e desconcentração econômica entre os municípios do país.

Os dados revelam um comportamento **oscilante**, mas com uma **tendência geral de declínio até meados da década de 2010**, sinalizando uma relativa redução das desigualdades regionais nesse período. Em 2005 e 2006, por

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

📄 Aula em PDF 2025 📄 | Pós-Edital ENAP/FGV

exemplo, o coeficiente atingiu seu **pico no período recente**, com valor de **0,892**. A partir de então, inicia-se uma trajetória de redução, chegando a **0,799 em 2009** e posteriormente ao **mínimo de 0,728 em 2017**, o ponto mais baixo da série.

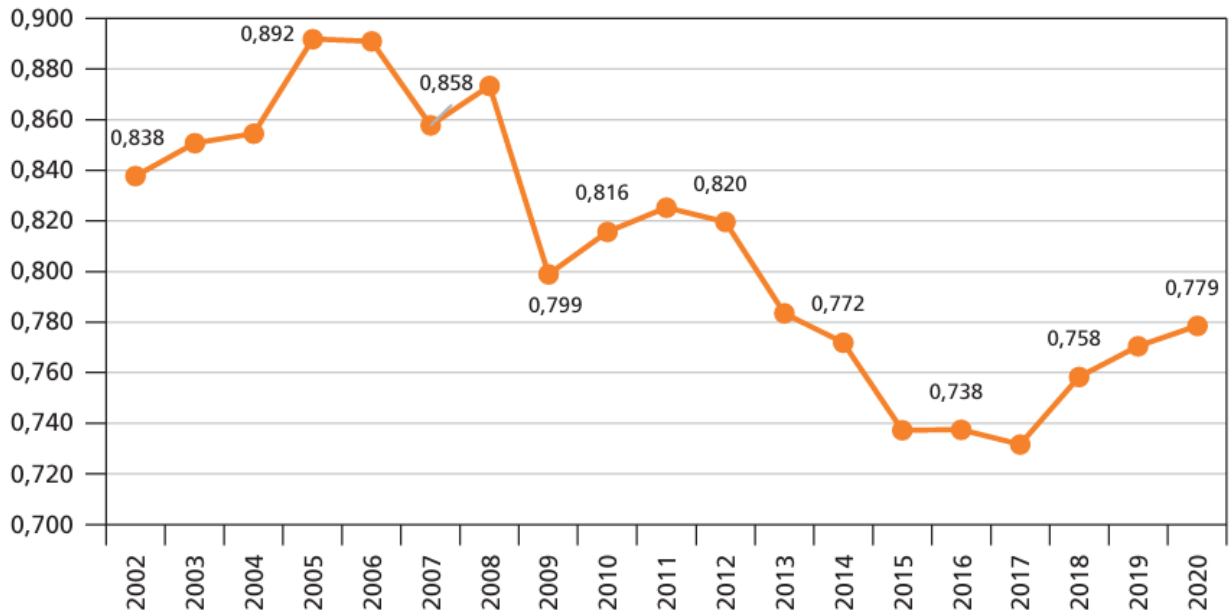
Esse declínio pode ser interpretado como reflexo de políticas públicas voltadas à inclusão regional e social, como os programas de transferência de renda, expansão de universidades e institutos federais no interior do país, políticas de crédito produtivo e aumento do salário mínimo. Tais medidas geraram dinamismo econômico em regiões historicamente marginalizadas, promovendo uma incipiente convergência territorial.

Entretanto, o gráfico também evidencia uma **reversão dessa tendência a partir de 2018**, com um novo aumento do coeficiente, que encerra o período analisado em **0,779** no ano de 2020. Esse crescimento das disparidades pode estar associado à retração econômica vivida pelo país a partir de 2015, agravada pelas crises fiscais estaduais, desigualdades na capacidade de resposta à recessão e, posteriormente, aos impactos iniciais da pandemia da Covid-19. Regiões mais vulneráveis foram mais afetadas e tiveram mais dificuldade de recuperação econômica.

Essas evidências empíricas confirmam o diagnóstico de que, embora tenha havido uma **redução relativa das desigualdades regionais ao longo do tempo**, o **nível absoluto ainda é alto**, e o processo de convergência permanece **lento e frágil**. Como observado por diversos estudiosos, a economia brasileira mantém como traço distintivo um elevado grau de disparidade – tanto interpessoal quanto territorial – o que continua representando um obstáculo ao desenvolvimento sustentável e inclusivo do país.

Abaixo, o **Gráfico 1**, que ilustra essa trajetória do coeficiente de Williamson no Brasil nas últimas duas décadas, sintetizando as tendências de concentração e desconcentração do crescimento econômico no território nacional.

GRÁFICO 1
Coeficiente de Williamson – Brasil (2002-2020)



Fontes: IpeaData (disponível em: ipeadata.gov.br/; acesso em: 10 jul. 2024) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contagem da População (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/9065-contagem-da-populacao.html>; acesso em: 10 jul. 2024).

Retirado de IPEA (2025, Idem)

Apesar de o Brasil ainda figurar entre os países com maiores níveis de desigualdade regional no mundo, estudos têm apontado uma **redução relativa dessas disparidades nas últimas décadas**. Quatro fatores principais explicam esse processo: a **desconcentração da produção industrial**, a **estabilização monetária** pós-1994, a **valorização do salário mínimo** e a **expansão dos programas de transferência de renda**. Esses elementos contribuíram para dinamizar economias locais fora do eixo tradicional do Sudeste.

O **Gráfico 2**, que apresenta o comportamento do **índice de Gini** entre 1990 e 2022, confirma essa tendência, embora revele também momentos de reversão, como nos períodos de crise política e econômica (2014–2016) e durante a pandemia da Covid-19.

Regionalmente, a **região Nordeste** tem mostrado avanços na redução da desigualdade, mas ainda se mantém como a **mais desigual internamente**,

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

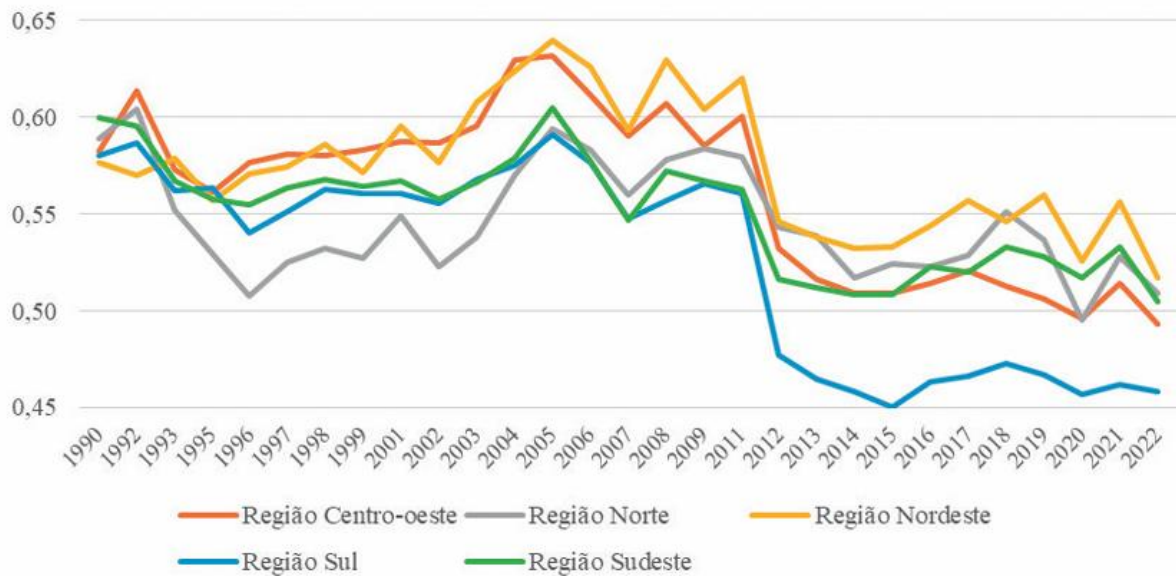
 Aula em PDF 2025  | Pós-Edital ENAP/FGV

com fortes contrastes entre estados, zonas urbanas e rurais. Essa heterogeneidade reflete os diversos processos históricos de ocupação e a fragilidade das conexões produtivas internas. Em contraste, a **região Sul** apresenta os **menores índices de desigualdade intrarregional**, configurando-se como a mais homogênea economicamente.

Diante desse quadro, autores têm destacado a limitação de análises que tratam o Nordeste como um bloco homogêneo. A complexidade interna das regiões brasileiras exige uma **regionalização mais refinada**, como a proposta do **Cedeplar/UFGM**, que sugere critérios mais adequados ao planejamento territorial.

Em síntese, embora tenha havido avanços, a **tendência de redução das desigualdades é instável** e vulnerável a choques externos e institucionais. O desafio atual é construir uma **nova política regional**, que incorpore fenômenos contemporâneos como a **metropolização**, os fluxos migratórios, a **densidade demográfica** e as **transformações setoriais** na agropecuária, indústria e serviços.

GRÁFICO 2
Índice de Gini (1990-2022)



Fonte: IpeaData. Disponível em: ipeadata.gov.br/; e <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 5 jun. 2024. Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Entre 1990 e 2011, é utilizada a renda domiciliar *per capita* da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE; e a partir de 2012, utiliza-se a PNAD Contínua.

2. A figura não pôde ser padronizada e revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Retirado de IPEA (2025, Idem)

4. IMPACTOS DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

As desigualdades regionais no Brasil não são apenas um problema estatístico ou distributivo. Elas afetam profundamente o funcionamento do país em múltiplas dimensões — econômica, social, ambiental, institucional e até ética. Regiões que permanecem estruturalmente excluídas do processo de desenvolvimento carregam não só perdas locais, mas também impactos negativos sobre o desempenho nacional como um todo.

A concentração de atividades produtivas em certas regiões decorre, em parte, das chamadas economias de aglomeração. Nelas, a proximidade entre empresas, infraestrutura e mão de obra qualificada gera ganhos de

produtividade e atrai novos investimentos. Essa lógica, contudo, cria incentivos à concentração geográfica do progresso econômico, deixando vastas regiões à margem da dinâmica de crescimento.

Há correntes teóricas que argumentam que, diante da concentração, os indivíduos tenderiam a migrar para regiões mais dinâmicas, o que igualaria o bem-estar no longo prazo. No entanto, essa hipótese ignora fatores reais como as barreiras à mobilidade, a falta de qualificação da mão de obra, os custos da migração e o enraizamento social. Assim, a migração não consegue, por si só, corrigir as disparidades regionais.

Do ponto de vista normativo, a desigualdade territorial fere o princípio da igualdade de oportunidades, como formulado por pensadores como John Harsanyi. Sob a ideia de uma "loteria da vida", ele propõe que uma sociedade justa é aquela em que, independentemente do local de nascimento, cada indivíduo tem chances equivalentes de desenvolver suas capacidades. A desigualdade regional, nesse sentido, representa uma injustiça moral e uma ineficiência econômica, pois subutiliza recursos humanos e produtivos em grande parte do território nacional.

Além dessas reflexões éticas e teóricas, os efeitos práticos das disparidades regionais são diversos. Elas produzem ciclos de pobreza persistentes, desestimulam a inovação em áreas periféricas, aumentam os custos da política social compensatória e geram instabilidade política e territorial. Esse conjunto de efeitos compromete a coesão social e reduz a capacidade do Estado de promover um desenvolvimento nacional equilibrado.

A seguir, são apresentados dez impactos diretos e indiretos das desigualdades regionais, com destaque para suas implicações no desenvolvimento sustentável, na democracia e na justiça social.

1. Baixa resiliência a choques

Regiões com estruturas econômicas frágeis e baixa diversificação produtiva são mais vulneráveis a crises econômicas, sanitárias ou climáticas. A ausência de infraestrutura adequada e de mecanismos de amortecimento intensifica os

efeitos desses choques. A literatura sobre desenvolvimento regional, desde Celso Furtado até as abordagens da nova geografia econômica, reforça que a superação da dependência setorial e a expansão da base produtiva local são essenciais para reduzir essa vulnerabilidade.

2. Baixa mobilidade intergeracional e persistência do ciclo da pobreza

A desigualdade regional limita o acesso à educação, saúde e oportunidades de trabalho de qualidade, dificultando a ascensão social das próximas gerações. Estudos mostram que o Brasil é um dos países com menor mobilidade social do mundo. Isso perpetua o “ciclo da pobreza” em determinadas regiões, agravando as disparidades entre os territórios e reduzindo a igualdade de oportunidades.

3. Violência e vulnerabilidade social

A exclusão econômica e o acesso desigual a serviços públicos alimentam a criminalidade e a vulnerabilidade social, especialmente em regiões periféricas. A concentração espacial da violência enfraquece o tecido social e limita a capacidade de reação da população, gerando um ciclo vicioso de insegurança e marginalização.

4. Baixo capital social e menor coesão comunitária

A escassez de políticas públicas, educação e cultura nas regiões mais desiguais compromete a formação de redes de confiança, participação cívica e cooperação. Com menor capital social, a população dessas áreas tem menos capacidade de se organizar, de reivindicar direitos e de influenciar as decisões públicas — o que enfraquece a própria democracia.

5. Baixa eficiência econômica e desperdício de talentos

A subutilização da força de trabalho qualificada ou com potencial produtivo reduz a eficiência global da economia brasileira. Regiões com baixa geração de oportunidades acabam desperdiçando capacidades humanas que poderiam contribuir significativamente para o desenvolvimento nacional. A desigualdade

regional, portanto, não é apenas uma injustiça social, mas também um entrave ao crescimento sustentável.

6. Risco de fragmentação territorial e “geografia dos descontentes”

Desigualdades territoriais prolongadas podem alimentar o sentimento de exclusão e descontentamento social. O conceito de “geografia dos descontentes” indica o surgimento de bolsões territoriais de insatisfação, que comprometem a coesão democrática e podem gerar extremismos políticos, instabilidade e deslegitimação das instituições representativas.

7. Incentivo a práticas econômicas predatórias e insustentáveis

A falta de alternativas econômicas em regiões empobrecidas muitas vezes leva à exploração predatória dos recursos naturais, agravando a degradação ambiental e perpetuando o subdesenvolvimento. A justiça ambiental, nesse contexto, requer políticas que garantam oportunidades sustentáveis às populações locais.

8. Dimensões éticas e morais: “loteria da vida” e igualdade de oportunidades

A desigualdade regional fere princípios éticos fundamentais. A ideia de que o local de nascimento determina drasticamente as oportunidades de vida de uma pessoa é incompatível com uma sociedade justa. A perspectiva de John Harsanyi — e, mais tarde, de John Rawls — reforça a obrigação moral de garantir igualdade de oportunidades independentemente do território.

9. Liberdade e espaço de capacidades (Sen)

Para Amartya Sen, o desenvolvimento deve ser medido pela ampliação das liberdades e capacidades reais das pessoas. Em regiões desiguais, as liberdades fundamentais são restringidas por carências estruturais. A justiça espacial, nesse sentido, exige garantir que todos tenham meios e condições reais de viver com dignidade e autonomia.

10. Limitação territorial das externalidades positivas dos empregos de qualidade

Empregos bem remunerados geram efeitos positivos sobre o bem-estar coletivo — como coesão social, dinamismo econômico e autoestima comunitária. Quando esses empregos se concentram em poucas regiões, suas externalidades também se limitam geograficamente, reforçando o desequilíbrio nacional. Para superar isso, é preciso distribuir mais amplamente as oportunidades produtivas, como defendia Celso Furtado ao tratar do papel do consumo de massa e da coesão social na promoção do desenvolvimento.

Tabela – Impactos das Desigualdades Regionais no Brasil

Impacto	Descrição Resumida
Baixa resiliência a choques	Alta vulnerabilidade das regiões pobres a crises econômicas, climáticas e sanitárias.
Baixa mobilidade intergeracional	Pobreza persistente entre gerações devido à falta de oportunidades nas regiões periféricas.
Violência e vulnerabilidade social	Maior exposição a insegurança e exclusão social em territórios menos desenvolvidos.
Baixo capital social	Fragilidade das redes de cooperação e da participação cívica em regiões carentes.
Baixa eficiência econômica	Desperdício de talentos e menor produtividade por falta de oportunidades regionais.
Fragmentação territorial e descontentamento	Risco político e democrático em regiões que se sentem abandonadas pelo Estado.
Atividades predatórias e insustentáveis	Falta de alternativas leva à exploração ambiental de curto prazo.
Desigualdade de oportunidades	Injustiça social causada pelas diferenças territoriais no ponto de partida dos indivíduos.
Restrição de liberdades e capacidades	Desigualdade compromete as liberdades reais e o bem-estar das populações locais.

Limitação das externalidades positivas

Benefícios dos bons empregos ficam concentrados geograficamente, reforçando desigualdades.

5. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A partir da Constituição Federal de 1988 (CF-88) e, especialmente, desde a estabilização da moeda com o Plano Real e os programas de transferência de renda e de apoio à agricultura familiar, inaugurou-se um novo padrão de crescimento focado na produção e consumo de massa, que teve impactos regionais diferenciados e favoreceu, especialmente, ao Norte e Nordeste, que são as regiões mais pobres do Brasil.

O Nordeste, por concentrar mais da metade da população muito pobre do país, capta 55% dos recursos do **Programa Bolsa Família** e o impacto desse programa foi a dinamização da economia de muitos pequenos municípios, aquecendo seu comércio: suas lojas, farmácias, padarias, feiras semanais.

O mesmo resultou dos diversos programas como o **Minha Casa, Minha Vida**, que aqueceu a construção civil; e o **Minha Casa Melhor**, que oferecia linhas de crédito com taxas de juros subsidiadas para a compra de itens como geladeiras, fogões, televisores, computadores, etc., com impacto positivo sobre a indústria de móveis e eletrodomésticos.

Indústrias de alimentos e bebidas, de bens duráveis, entre outras, buscam se instalar ou se ampliar para produzir nessas regiões e no interior do país, em especial nas suas cidades médias. As grandes redes de supermercados e os shopping centers também se multiplicaram nestes locais, buscando disputar os novos consumidores.

Conforme Monteiro Neto e Aristides (2017, IPEA)³, uma ação mais energética do Estado, sob os governos Lula 1 e 2 (2003-2010), especialmente a partir de

³ Desenvolvimento regional no Brasil : políticas, estratégias e perspectivas / Organizadores: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antonio Brandão - Rio de Janeiro : Ipea, 2017.

2007, com a criação do **Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)**, implicou o aumento dos investimentos públicos em infraestrutura, comunicações e habitação para impulsionar a acumulação de capital no país. Diante da crise financeira internacional de 2008/2009, o PAC assumiu um papel ainda mais relevante, com o governo federal ampliando a oferta de crédito público para financiar os investimentos previstos, já que o setor privado de crédito estava retraído.

Nesse contexto, instituições públicas com foco no desenvolvimento regional também reforçaram sua atuação para contribuir com o crescimento econômico. Os fundos constitucionais de desenvolvimento, - (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO; Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE; e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, destinados por preceito constitucional para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), aumentaram seus desembolsos.⁴

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenhou um papel essencial, representando recursos provenientes de políticas setoriais nacionais. O **BNDES**, através de seus desembolsos, tornou-se uma peça-chave no financiamento de projetos e no apoio à infraestrutura e setores estratégicos do país, complementando os esforços de desenvolvimento regional.

Comparando os recursos aplicados pelas políticas regionais com aqueles das políticas setoriais e programas sociais, fica claro que mudanças estruturais nas regiões menos desenvolvidas se deram em grande parte graças a essas iniciativas, como os desembolsos do BNDES, que tiveram impacto direto na promoção do crescimento econômico em todo o território nacional. Entre os períodos analisados no citado estudo do IPEA, 2000-2006 e 2007-2012, os recursos aplicados pelo BNDES e outras fontes cresceram de forma significativa,

⁴ O FNO passou de 1,0% do PIB da região Norte, em 2005, para 1,3% em 2010 e 1,8% em 2012; o FNE, por sua vez, passou de 1,6% do PIB da região Nordeste, em 2005, para 2,1% em 2010, e atingiu 2,0% em 2012; e o FCO, por sua vez, passou de 0,8% do PIB da região Centro-Oeste, em 2005, para 1,2% em 2010 e 1,4% em 2012. (Op cit, 2017).

destacando o papel do banco no suporte ao desenvolvimento de infraestrutura e outras áreas-chave.

A tabela abaixo resume:

TABELA 1
Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: recursos de política pública com impactos regionais – fundos constitucionais de desenvolvimento, desembolsos do BNDES, PBF e BPCs (2000-2006 e 2007-2012)
 (Valores acumulados em R\$ bilhões de 2012)

Região/períodos	Fundos constitucionais	Desembolsos	Crédito ao investimento	Programas sociais	Totais
Nordeste	FNE	BNDES	FNE + BNDES	PBF + BPC	Subtotal NE
2000-2006	26,0 (25,0%)	47,5 (45,9%)	73,5 (70,9%)	30,2 ¹ (29,1%)	103,7 (100%)
2007-2012	63,9 (24,0%)	104,6 (39,4%)	168,5 (63,4%)	97,3 (36,6%)	265,8 (100%)
Norte	FNO	BNDES	FNO + BNDES	PBF + BPC	Subtotal NO
2000-2006	13,2 (34,4%)	18,3 (47,8%)	31,5 (82,2%)	6,8 ¹ (17,8%)	38,3 (100%)
2007-2012	16,6 (15,6%)	63,1 (59,3%)	79,7 (74,9%)	26,7 (25,1%)	106,4 (100%)
Centro-Oeste	FCO	BNDES	FCO + BNDES	PBF + BPC	Subtotal CO
2000-2006	6,2 (28,4%)	11,1 (50,9%)	17,3 (79,3%)	4,5 ¹ (20,6%)	21,8 (100%)
2007-2012	11,9 (20,8%)	29,0 (50,7%)	40,9 (71,5%)	16,3 (28,5%)	57,2 (100%)

Fonte: As informações foram retiradas dos seguintes sítios eletrônicos: Fundos constitucionais – Ministério da Integração Nacional; desembolsos do BNDES – relatórios anuais do BNDES (vários números); PBF – MDSA; e BPCs – Ministério da Previdência Social.
 Nota: ¹ Para o PBF são utilizados dados do período 2004-2006.

Fonte: Tabela retirada de Op.Cit (2017).

O dinamismo econômico no Brasil na década passada foi superior nas localidades de mais baixo nível médio de PIB per capita. As três áreas que são alvos de política regional – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – cresceram a taxas médias anuais superiores às das partes desenvolvidas e também à média nacional do período (ver tabela abaixo). Ademais, deve ser registrado que as taxas de expansão do PIB em todas as zonas na década de 2000 foram superiores àquelas dos anos 1990.

TABELA 3
Brasil e macrorregiões: taxas anuais de crescimento do PIB total (décadas de 1990 e 2000)
 (Em %)

Macrorregiões	Década de 1990	Década de 2000
Norte	1,3	5,6
Nordeste	2,1	4,4
Sudeste	2,4	3,1
Sul	1,5	3,6
Centro-Oeste	7,3	4,6
Brasil	2,5	3,6

Fonte: Ipeadata. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>.
 Elaboração dos autores.

Fonte: Op.Cit (2017)

Além do **PAC, investimentos da Petrobrás** na construção de novas refinarias de petróleo, sendo três delas no Nordeste, dispersando a expansão no Sul-Sudeste, também contribuíram para essa tendência. A política de expansão do crédito para pessoa física e pessoa jurídica beneficiou, também, especialmente o Norte e o Nordeste, cujas taxas foram maiores que as taxas médias no Brasil e superiores às observadas para as regiões mais ricas (Guimarães Neto, 2010). Uma das consequências dessas políticas foi um acentuado declínio da pobreza extrema no Nordeste e no Norte, entre 2003 e 2009, cuja situação se aproximou da média nacional, reduzindo o hiato que as separava das regiões mais ricas. Outro impacto que se observa no período 2003-2010 são as taxas de crescimento da economia do Norte (5,4%), do Centro-Oeste (5%) e do Nordeste (4,9%), que foram mais elevadas que a média nacional (4,4%) e que as do Sudeste (4,5%) e Sul (3,4%) de acordo com o IBGE.

Outra resultante do novo padrão de crescimento foi a ampliação da capacidade da economia de gerar empregos formais, ainda que ajudada pelos impactos iniciais do “bônus demográfico”. Com isso, a criação de empregos formais no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2010 mostra que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste lideraram as taxas de crescimento dos empregos formais.

Além disso, houve um adensamento demográfico e econômico do Centro-Oeste, parte do Norte e a porção oeste do Nordeste. Observou-se no país, em geral, um acentuado crescimento das cidades médias, que ganharam maior peso relativo na população total do país. Isso tem um impacto direto sobre as dinâmicas de desenvolvimento regional.

A partir de 2003, adotaram-se políticas de base territorial clara, como a política de apoio à agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (**PRONAF**), que vinha de uma abordagem municipalista, passou a uma nova abordagem territorial com a identificação dos “territórios rurais” resultando na aglomeração de vários municípios com realidades semelhantes. Em 2008, iniciou-se o Programa conhecido como **Territórios da Cidadania**, em que as políticas de vários ministérios buscavam interagir sob a coordenação da Casa Civil, atendendo a cerca de 120 territórios, onde predominavam os produtores familiares e os assentados da reforma agrária.

Outra política de base territorial clara é a de promoção e apoio aos chamados **Arranjos Produtivos Locais** (APLs), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), envolvendo vários organismos federais, como o BNDES, o Banco do Brasil, o Ministério da Ciência e Tecnologia, além do Sebrae, que também se agregou a este esforço dada a predominância das micro e pequenas empresas nos APLs.

Todavia, a melhoria obtida, no contexto nacional, pelas três regiões de menor desenvolvimento relativo não permite que se afirme categoricamente a existência de um processo de convergência de rendas per capita no país. Estudos citados na coletânea de artigos citada apontam que a velocidade da convergência tem se mostrado tão lenta que a região Nordeste levaria cinquenta anos – considerando uma taxa de crescimento anual do PIB per capita de 3,12%, entre 2000-2010, no Nordeste, e de 1,81%, no mesmo período para o Brasil – para convergir para 75% do PIB per capita nacional. A região Norte, contudo, teria um tempo bem menor, de apenas quatorze anos, para convergir para 75% da média do PIB per capita do país.

Para entender melhor as desigualdades regionais no Brasil, é essencial analisar as várias dimensões que compõem o desenvolvimento regional. De forma preliminar, propõe-se uma análise das macrorregiões do país utilizando dois índices sintéticos elaborados pelo Ipea. O primeiro indicador a ser considerado é o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**, que permite uma visão clara e simples dos avanços nas três áreas principais do desenvolvimento humano: renda, longevidade e educação. Esses dados são baseados nos censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010. Embora o índice seja calculado a nível municipal, ele também é disponibilizado para agregações maiores, como as macrorregiões brasileiras. A tabela 4 extraída do texto dos citados autores traz os resultados do IDHM e seus três componentes para os anos 2000 e 2010, além da variação média anual nesse período.

Analisando os dados, observa-se que as regiões Norte e Nordeste possuem os menores índices de IDHM tanto em 2000 quanto em 2010. No entanto, essas regiões registraram um crescimento acima da média nacional entre esses anos, o que também é evidenciado nas dimensões de renda, longevidade e educação. No caso do IDHM Educação, tanto o Norte quanto o Nordeste apresentaram taxas de crescimento duas vezes superiores às observadas no Sudeste. Apesar desse progresso, ainda existem disparidades educacionais significativas entre as regiões.

TABELA 4
Brasil e grandes regiões: evolução do IDHM (2000 e 2010)

Macrorregião	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
IDHM						
IDHM em 2000	0,527	0,516	0,676	0,66	0,639	0,612
IDHM em 2010	0,667	0,663	0,766	0,754	0,757	0,727
Variação média anual do IDHM entre 2000 e 2010 (%)	2,4	2,5	1,3	1,3	1,7	1,7
IDHM Renda						
IDHM Renda em 2000	0,613	0,588	0,735	0,711	0,720	0,692
IDHM Renda em 2010	0,670	0,656	0,773	0,764	0,776	0,739
Variação média anual do IDHM Renda entre 2000 e 2010 (%)	0,9	1,1	0,5	0,7	0,8	0,7
IDHM Longevidade						
IDHM Longevidade em 2000	0,717	0,685	0,778	0,792	0,777	0,727
IDHM Longevidade em 2010	0,796	0,782	0,845	0,848	0,839	0,816
Variação média anual do IDHM Longevidade entre 2000 e 2010 (%)	1,1	1,3	0,8	0,7	0,8	1,2
IDHM Educação						
IDHM Educação em 2000	0,333	0,342	0,541	0,51	0,467	0,456
IDHM Educação em 2010	0,557	0,569	0,688	0,662	0,665	0,637
Variação média anual do IDHM Educação entre 2000 e 2010 (%)	5,3	5,2	2,4	2,6	3,6	3,4

Fonte: Pnud, Ipea e FJP (2013).
Elaboração dos autores.

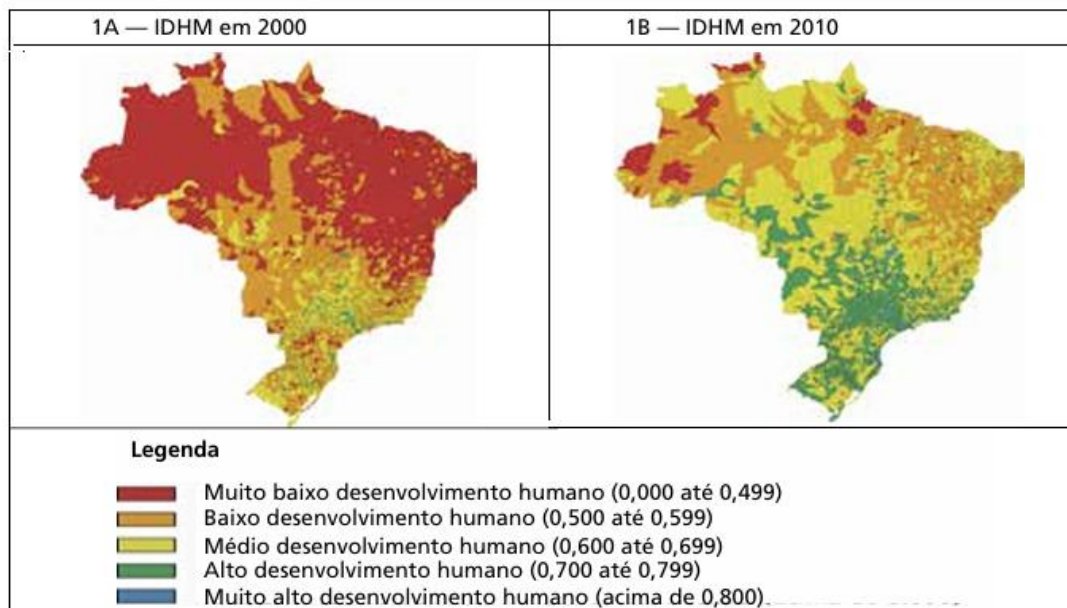
Fonte: Op.Cit (2017)

A figura 1 a seguir, também do mesmo texto, ilustra a classificação dos municípios brasileiros em cinco faixas de IDHM para os anos 2000 e 2010. A principal mudança observada foi a redução significativa do número de municípios com muito baixo IDHM em todas as regiões do país. Em 2000, as regiões Norte e Nordeste tinham uma grande quantidade de municípios nas faixas de muito baixo e baixo IDHM (de 0 a 0,599), mas, após uma década, muitos desses municípios passaram para as faixas de baixo e médio IDHM (acima de 0,599 até 0,699).

A análise dos 5.565 municípios brasileiros evidencia um padrão regional claro. Enquanto os municípios do Sul e Sudeste se destacam com altos ou muito altos índices de desenvolvimento humano, os do Norte e Nordeste ainda se concentram nas faixas de baixo e muito baixo desenvolvimento. Uma exceção

regional relevante é o Centro-Oeste, onde municípios ligados ao agronegócio, especialmente ao longo dos principais eixos rodoviários, como no estado do Tocantins, apresentaram avanços significativos nos índices.

FIGURA 1
IDHM (2000 e 2010)



Fonte: <<http://www.pnud.org.br/>>.

Fonte: Op.Cit (2017)

Sintetizando, sob a perspectiva do desenvolvimento regional, nos primeiros 20 anos do século XXI, entre várias outras, registraram-se acentuadas mudanças estruturais na Amazônia, no Nordeste, no Centro-Oeste, bem como em Estados como o Pará, o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, além de expressivas transformações na economia setorial, como será visto a seguir.

A **Amazônia** exibiu grande expansão da fronteira agrícola, pecuária, exploração madeireira ilegal e mineração. Aproveitando-se dos solos férteis e do clima favorável, além de incentivos econômicos, a soja avançou significativamente sobre áreas anteriormente cobertas por florestas. Isso foi facilitado pela construção de infraestrutura de transporte, como estradas (como a BR-163) e ferrovias, que melhoraram a logística de escoamento da produção para os mercados internacionais.

O rebanho bovino na Amazônia Legal cresceu de cerca de 37 milhões em 2000 para mais de 85 milhões de cabeças em 2013, de acordo com dados do IBGE. Essas atividades não só alteraram a estrutura ecológica da região, mas também provocaram conflitos por terra e impactaram comunidades indígenas e locais. A consolidação e expansão da Zona Franca de Manaus atraiu investimentos em setores de alta tecnologia, como eletrônicos e biotecnologia e gerou R\$ 92,7 bilhões em faturamento em 2019, segundo dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

O **Nordeste** experimentou um período de crescimento econômico acima da média nacional, impulsionado por políticas de redistribuição de renda, aumento do salário-mínimo e expansão do crédito. O PIB do Nordeste cresceu 1,9% em 2019, acima da média nacional de 1,1%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse crescimento foi impulsionado por setores como serviços e agropecuária. A região assistiu a uma expansão do setor de turismo, com investimentos em infraestrutura turística e promoção de destinos nordestinos, tanto para turistas nacionais quanto internacionais. Houve um aumento significativo na capacidade de geração de energia renovável, especialmente eólica e solar, posicionando o Nordeste como um líder nacional em energia limpa. Até 2019, o Nordeste alcançou uma capacidade instalada de cerca de 15 GW em energia eólica, representando mais de 80% da capacidade eólica do Brasil, de acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica).

A região **Centro-Oeste** tornou-se responsável por mais de 40% da produção de grãos do país, com destaque para a soja e o milho, crescendo também a

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

 Aula em PDF 2025  | Pós-Edital ENAP/FGV

produção de algodão e a criação de gado bovino. Em 2020, a região produziu cerca de 111,5 milhões de toneladas de grãos, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O avanço tecnológico e a modernização agrícola impulsionaram a produtividade e as exportações. Investimentos em infraestrutura, como rodovias, ferrovias (Ferrovia Norte-Sul) e armazenagem, melhoraram a logística de escoamento da produção agroindustrial, aumentando a competitividade da região.

O Centro-Oeste experimentou um rápido crescimento populacional e urbanização, impulsionados pela expansão agrícola e oportunidades econômicas. Entre 2000 e 2010, a população do Centro-Oeste cresceu 23,8%, segundo o IBGE, refletindo a atração da região por oportunidades econômicas, especialmente no agronegócio.

Ainda, destacam-se alguns estados brasileiros que exibiram, entre 2000 e 2020 um crescimento singular. Foi o caso do **Pará**, um dos maiores estados da região Norte do Brasil, impulsionado principalmente pela exploração de recursos naturais, como mineração, e se consolidou como um dos principais produtores de minério de ferro e bauxita do país, com projetos significativos como a expansão da mina de Carajás pela Vale. Além disso destacou-se a produção de energia pela construção de grandes hidrelétricas, como Belo Monte. O estado também exibiu crescimento da agricultura, especialmente na produção de soja, e da pecuária e apresentou melhorias dos sistemas de transporte.

No mesmo período, **destacou-se o Estado do Rio de Janeiro** com um período de crescimento econômico nas primeiras décadas do século, impulsionado pelo setor de petróleo e gás, turismo e serviços. Particularmente o turismo mostrou-se um setor vital, com eventos internacionais como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Investimentos significativos foram feitos em infraestrutura para os grandes eventos, mas o estado enfrentou desafios na manutenção e na oferta de serviços públicos de qualidade, especialmente em saúde e educação. De resto, o Estado enfrentou uma grave crise fiscal e econômica a partir de 2014. E a violência e a criminalidade foram desafios

constantes, com impactos diretos no desenvolvimento social e econômico do estado.

Por fim, **o Rio Grande do Sul**, um dos principais estados da região Sul, manteve sua base econômica na agricultura, especialmente na produção de soja, trigo e arroz, com avanços significativos em tecnologia e produtividade. A indústria, bastante diversificada, incluindo setores como calçados, móveis e automotivo, enfrentou desafios competitivos, mas continuou sendo um pilar econômico importante. Investimentos em fontes de energia renovável, como eólica e solar, começaram a ganhar destaque.

Ademais, ocorreram no Brasil acentuadas transformações da economia setorial. Dentre elas, uma das mais importantes foi a de educação superior, cuja ampliação pode ser observada nos seguintes dados:

a) **O número de instituições de ensino superior no Brasil cresceu** de 1.027 em 2001 para 2.448 em 2018, segundo dados do Censo da Educação Superior. Esse aumento reflete tanto a expansão das universidades federais quanto o crescimento do setor privado.

b) **As matrículas no ensino superior aumentaram significativamente**, passando de aproximadamente 3,5 milhões em 2001 para mais de 8 milhões em 2018. Esse crescimento é um indicativo da maior acessibilidade ao ensino superior no país.

c) com a política de reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foram criadas 14 novas universidades federais e mais de 120 novos campi universitários, **expandindo significativamente a oferta de educação superior pública, especialmente no Norte e Nordeste do país.**

d) devido às políticas de expansão do acesso ao ensino superior, a criação até 2019, o ProUni concedeu mais de 2 milhões de bolsas de estudo, aumentando o acesso ao ensino superior, especialmente para estudantes de baixa renda. O

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

 Aula em PDF 2025  | Pós-Edital ENAP/FGV

FIES também teve um papel importante na expansão do acesso ao ensino superior. Em 2010, o programa financiou cerca de 76.000 estudantes; esse número saltou para mais de 287.000 em 2014, antes de passar por reformulações que visavam a sua sustentabilidade financeira.

O setor teve uma expressão regional bastante positiva, passando de 43 campi das universidades federais concentrados no Sudeste, Sul e no litoral para 230, localizados em cidades médias, obedecendo a uma tendência à interiorização e à desconcentração regional. O resultado mostra que, entre 2000 e 2010, o Nordeste, Centro-Oeste e Norte experimentaram maior incremento do número de número de pessoas com ensino superior completo, com aumento da sua participação no total nacional (de 14,1% para 16,2%, de 7,1% para 8,6% e de 3% para 4,7%, respectivamente). Nas demais regiões esse número mais que dobrou, mas seu peso relativo no total do país se manteve praticamente estável. Sem dúvida, a ampliação do ensino superior no Brasil teve um impacto profundo na economia, contribuindo para a formação de uma força de trabalho mais qualificada, estimulando a produtividade e a inovação, e promovendo a mobilidade social. No entanto, para que esses benefícios sejam sustentáveis a longo prazo, é crucial que questões como a sustentabilidade dos financiamentos educacionais, a qualidade da educação e o alinhamento com o mercado de trabalho sejam prioritárias nas agendas políticas do país.

Outro setor que exibiu acentuadas mudanças no Brasil foi o do petróleo. A política dos royalties passou por significativas alterações que produziram impactos significativos no cenário socioeconômico do país, especialmente após a descoberta do pré-sal em 2006. Houve impactos sobre a economia, a distribuição de recursos entre os entes federativos e o financiamento de políticas públicas, visando a melhor distribuição da receita gerada pela exploração de petróleo e gás natural, bem como a adaptação do país às novas realidades do mercado de energia e às descobertas de novas reservas, especialmente no pré-sal, com implicações significativas para o desenvolvimento regional e a sustentabilidade ambiental.

A produção brasileira de petróleo cresceu significativamente, ultrapassou 3 milhões de barris por dia em 2020, com grande parte dessa produção vindo das camadas do pré-sal. A arrecadação de royalties e participações especiais no setor de petróleo e gás natural foi de cerca de R\$ 47 bilhões em 2019, um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Com a Lei nº 12.858/2013, em 2020, estima-se que mais de R\$ 10 bilhões foram destinados à educação e saúde a partir dos royalties e participações governamentais no petróleo e gás.

Não obstante os avanços, o cenário econômico de 2015/2016 já mostrava uma tendência de contenção dos gastos públicos e recessão econômica, potencializado pela pandemia. Nesse contexto, os recursos das políticas nacionais, tanto para o setor produtivo (incluindo o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), quanto para políticas sociais, sofreram uma redução significativa. **Um exemplo claro é a queda nos desembolsos do BNDES, que passaram de R\$ 190,4 bilhões em 2013 para R\$ 187,8 bilhões em 2014 e R\$ 105,5 bilhões em 2015.**

Enquanto os fundos constitucionais de desenvolvimento (FNO, FNE e FCO) mantiveram certa resiliência até 2014, a alta da taxa de juros (Selic) começou a elevar seus custos, o que, somado à diminuição na demanda empresarial, também sinalizava uma possível redução futura. O governo federal, por questões políticas, tende a priorizar os gastos sociais, mas o financiamento ao setor produtivo, particularmente via BNDES, pode ser prejudicado. O BNDES, em especial, reduziu seus desembolsos ao setor privado, limitando o apoio a investimentos produtivos, impactando o crescimento nas regiões de menor desenvolvimento.

Em tempos de crise e escassez de recursos, a efetividade e a eficiência no uso dos recursos públicos tornam-se cruciais, e a coordenação entre políticas públicas e federativas é fundamental para minimizar os impactos sobre as desigualdades sociais e regionais. A busca por um novo pacto federativo, que melhor distribua as capacidades fiscais e administrativas entre os entes

federativos, é vista como essencial para enfrentar essas distorções e promover um desenvolvimento mais equilibrado.

Além disso, cabe destacar as dificuldades do nosso aparato institucional federativo em organizar-se para a tarefa de promoção do desenvolvimento regional equitativo. Ou seja: apesar da proliferação de políticas com impactos territoriais, a política específica de desenvolvimento regional permaneceu na órbita do governo federal, despertando pouco interesse entre os entes subnacionais da federação.

6. A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR): ASPECTOS RELEVANTES

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi apresentada ao público em 2003, mas só foi oficialmente instituída como política de governo em fevereiro de 2007, através do Decreto nº 6047/2007. Entre 2003 e 2006, não houve progressos significativos em relação à proposta inicial. O decreto que formalizou a política basicamente resumiu o documento de 2003 e reafirmou a tipologia da política, priorizando as mesorregiões como foco de atuação da PNDR. É notável que essa política nacional tenha sido instituída por um decreto presidencial, sem um debate mais profundo no Congresso Nacional, que seria esperado através de um projeto de lei.

Em 2007, ocorreram a recriação da Sudam e da Sudene, e em 2009, a Sudeco. No início do segundo governo Lula, o debate sobre a reforma tributária e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) foi retomado, no âmbito da PEC nº 31/2007. No entanto, a segunda gestão não trouxe grandes inovações para a política regional. As superintendências de desenvolvimento regional avançaram lentamente, com limitações em termos de equipe técnica, orçamento, infraestrutura e clareza sobre seu papel institucional. A proposta de reforma tributária se arrastou ao longo dos quatro anos do segundo governo Lula, sem resultados concretos sobre o fim da guerra fiscal ou a criação do FNDR.

Relatório emitido pelo TCU a respeito da PNDR (Brasil, 2009) apontou: i) **falhas no direcionamento de recursos** em relação às diretrizes e prioridades estabelecidas pela PNDR; ii) **ausência de indicadores e metas quantitativas**, inclusive para direcionar a distribuição de recursos por regiões prioritárias da PNDR; e iii) **falhas relacionadas à falta de estrutura ou processos de trabalho** para o desempenho da missão institucional das entidades vinculadas à execução da PNDR. O TCU emitiu o Acórdão no 2.919/2009, com uma série de recomendações, no sentido de se construir maior aderência dos instrumentos de política regional à PNDR, porém pouco se avançou nesse sentido até o final do governo Lula.

Em 2013, já sob o primeiro governo Dilma (2011-2014), foi elaborada uma nova versão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), baseada nas contribuições da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (I CNDR), organizada pelo Ministério da Integração (MI). A nova versão, conhecida como **PNDR II**, reconheceu que a versão original não alcançou o status de política de Estado, ressaltando a necessidade de um consenso político e federativo para lidar com a questão regional.

A PNDR II tinha quatro principais objetivos: i) **promover a convergência de renda entre as regiões**; ii) **aumentar a competitividade regional e gerar emprego e renda**; iii) **diversificar as economias regionais agregando valor aos seus produtos**; e iv) **criar uma rede de cidades policêntrica**. Também reafirma a necessidade de estabelecer um Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional (SNDR), com colegiados em todos os níveis da federação, e viabilizar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) para financiar ações voltadas ao fortalecimento produtivo das economias regionais.

As inovações da PNDR incluem um planejamento mais detalhado do desenvolvimento socioeconômico e uma maior integração com universidades e centros de pesquisa, como a Embrapa. A reformulação foi liderada pelo economista Sérgio Castro, que estruturou o programa Rotas de Integração Nacional, que conecta Arranjos Produtivos Locais (APLs) em setores

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

📄 Aula em PDF 2025 📄 | Pós-Edital ENAP/FGV

estratégicos, como parte de políticas regionais mais abrangentes. Essas rotas se tornaram a principal estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva do então Ministério da Integração Nacional (MI) e foram incorporadas ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

A associação entre as ações de desenvolvimento regional e a política social de inclusão produtiva, no contexto do Plano Brasil sem Miséria (PBSM), ampliou o horizonte orçamentário do MI. Além disso, o programa Água para Todos, voltado para a segurança hídrica em pequena escala, também foi integrado à Secretaria de Desenvolvimento Regional do MI, aumentando significativamente o orçamento destinado à área regional do ministério. Esse cenário aponta para um avanço positivo na política de desenvolvimento regional.

Todavia, após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, a questão regional no Brasil enfrentou uma série de desafios e retrocessos significativos, especialmente no que diz respeito às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. A interrupção de programas estruturados durante o governo Dilma, e a falta de uma abordagem robusta para reduzir as desigualdades regionais no governo Temer e posteriormente na era Bolsonaro, contribuíram para um colapso das iniciativas regionais.

Com o governo de Michel Temer, a ênfase passou a ser a austeridade fiscal e a redução do papel do Estado na economia. Políticas de desenvolvimento regional, que exigiam um forte financiamento público, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), perderam espaço no debate público. Programas que promoviam a convergência de renda entre as regiões e incentivavam a infraestrutura e a inclusão produtiva foram reduzidos ou reestruturados com menos recursos, impactando negativamente o crescimento econômico de regiões historicamente menos desenvolvidas, como o Norte e Nordeste.

Além disso, a PEC do Teto de Gastos, implementada em 2016, limitou a capacidade do governo de investir em políticas regionais e sociais, exacerbando a desigualdade regional, já que regiões mais pobres dependem mais de investimentos públicos para dinamizar suas economias.

Durante o Governo Bolsonaro (2019-2022), a questão regional também não recebeu a atenção necessária. Bolsonaro optou por um enfoque econômico de liberalização, focando no mercado e com pouca ênfase em políticas de desenvolvimento regional estruturadas. Nesse período, o foco esteve principalmente na desburocratização e privatizações, em detrimento de políticas que poderiam promover um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões. Embora algumas obras de infraestrutura tenham sido continuadas, o investimento público em programas de desenvolvimento regional, como o PAC e o FNDR, praticamente estagnou. O BNDES, que historicamente desempenhou um papel crucial no financiamento de projetos regionais, viu uma redução significativa em seus desembolsos durante o governo Bolsonaro⁵, alinhando-se com a política de encolhimento do papel do Estado na economia.

No pós-pandemia, e já sob o governo Lula 3, o Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, destacando em seu art. 1, a finalidade de **reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.**

Sendo o arcabouço legal do novo PNDR, vale, destacarmos seus **princípios:**

⁵ Na verdade, desde a campanha de 2018, o presidente Jair Bolsonaro falava em “abrir a caixa-preta do BNDES”. A abertura da “caixa-preta” foi uma das missões dadas por Bolsonaro ao presidente do BNDES em sua gestão, Gustavo Montezano. Ex-presidentes do banco, como Joaquim Levy, Luciano Coutinho, Paulo Rabello de Castro e Dyogo Oliveira chegaram a afirmar que não havia evidências de irregularidades no BNDES. A auditoria, apresentada em 2020, não encontrou irregularidades nas oito operações investigadas. Fonte: G1, porta de notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/21/auditoria-contratada-por-r-48-milhoes-conclui-que-contratos-do-bndes-nao-tinham-irregularidades.ghtml>.

Princípios da PNDR:

Princípio	Descrição
Transparência e participação social	Envolvimento da sociedade no processo decisório, garantindo a clareza das ações.
Solidariedade regional e cooperação federativa	Promoção da colaboração entre as regiões e os entes federativos.
Planejamento integrado e transversalidade	Abordagem coordenada e multissetorial no planejamento das políticas.
Atuação em nível multiescalar no território nacional	Intervenção em diferentes escalas territoriais para promover o desenvolvimento.
Desenvolvimento sustentável	Promoção do crescimento econômico aliado à preservação ambiental e inclusão social.
Reconhecimento e valorização da diversidade ambiental, social, cultural e econômica das regiões	Respeito e incentivo às particularidades de cada região do país.
Competitividade e equidade no desenvolvimento	Promoção de um desenvolvimento econômico que seja produtivo e ao mesmo tempo justo e equilibrado.

Fonte: DECRETO Nº 11.962, DE 22 DE MARÇO DE 2024

Objetivos:

Art. 3º - São objetivos da PNDR:

Objetivo
I - promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida intrarregional e inter-regional no País e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;
II - consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do País, de forma a considerar as especificidades de cada região;
III - estimular ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
IV - fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.

Fonte: DECRETO Nº 11.962, DE 22 DE MARÇO DE 2024

E estratégias:

Art. 4º - São estratégias da PNDR:

I - Estruturação do Sistema de Governança do Desenvolvimento Regional para assegurar a articulação setorial das ações do Governo federal, a cooperação federativa e a participação social;

II - Implementação do Núcleo de Inteligência Regional no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste;

III - Estruturação de modelo de planejamento integrado, por meio da elaboração de planos regionais e sub-regionais de desenvolvimento, pactos de metas e carteiras de projetos em diferentes escalas geográficas;

IV - Aprimoramento da inserção da dimensão regional em: a) instrumentos de planejamento e orçamento federal; e b) políticas públicas e programas governamentais;

V - Aderência dos instrumentos de financiamento aos objetivos de desenvolvimento regional;

VI - Estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e à inclusão produtiva, por meio do fortalecimento e da inovação de cadeias produtivas em âmbito local, existentes ou potenciais, de forma a integrá-las a sistemas regionais, nacionais ou globais;

VII - Apoio à integração produtiva de regiões em relação a projetos estruturantes ou de zonas de processamento de exportação;

VIII - Estruturação do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional, para assegurar o monitoramento e a avaliação da PNDR e o acompanhamento da dinâmica regional brasileira.

Fonte: DECRETO Nº 11.962, DE 22 DE MARÇO DE 2024

A seguir estão apresentados os vínculos existentes no campo do planejamento e desenvolvimento regional no âmbito do agora Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional (MIDR), já sob o governo Lula 3, com os principais instrumentos de planejamento estabelecidos: Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD – 2020-2031); e Plano Plurianual (PPA 2024-2027). Contribuem também para a consecução da política de desenvolvimento regional os Planos Regionais de Desenvolvimento: Plano regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO); Plano Regional de Desenvolvimento do nordeste (PRNDE); e Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRNDA):

6.1 VÍNCULOS COM AS ORIENTAÇÕES DA ESTRATÉGIA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO 2020-2031

1. **Prover melhor infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas**, de modo a ampliar as oportunidades de investimentos produtivos, permitindo a geração de emprego e renda nessas regiões;
2. **Incentivar os investimentos e a implementação de projetos estruturantes em cada estado e no Distrito Federal**, de forma a compatibilizar o crescimento do PIB com a redução das desigualdades regionais e intrarregionais;
3. **Identificar e explorar, de maneira sustentável, as potencialidades econômicas de cada Região**, com foco na inovação tecnológica para aumento do valor adicionado das cadeias produtivas locais estratégicas;
4. **Aprimorar e aumentar a efetividade dos mecanismos de financiamento voltados ao desenvolvimento regional**;
5. **Fortalecer as cidades médias como âncora da interiorização do desenvolvimento do País**, contribuindo para a consolidação de uma rede policêntrica de cidades;
6. **Induzir ações voltadas à dinamização econômica, com fomento ao desenvolvimento endógeno e à inteligência competitiva local**, com vistas à convergência dos indicadores sociais e econômicos entre as intrarregiões brasileiras;
7. **Desenvolver projetos que potencializem a solução de problemas**

comuns a grupos de estados e municípios, com incentivo à solidariedade regional e à cooperação federativa;

8. **Priorizar projetos pautados em sistemas produtivos e inovadores, locais e regionais, ambientalmente sustentáveis e geradores de emprego e renda;**

9. **Potencializar a capacidade local** de formulação de políticas e gestão de projetos desenvolvidos com recursos públicos;

10. **Priorizar planos e estratégias regionais** que maximizem a criação de infraestrutura de conectividade e acesso à internet;

11. **Fomentar atividades econômicas** com base nas potencialidades regionais e na identidade cultural das regiões;

12. **Induzir cadeias produtivas estratégicas** orientadas à agregação de valor e à diversificação econômica;

13. **Estimular**, em regiões e localidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), **o desenvolvimento de cadeias produtivas agropecuárias de ciclo curto para produtos de maior valor nutricional e maior valor agregado;**

14. **Ampliar o acesso ao microcrédito**, com foco nas Regiões Norte e Nordeste.

6.2 Vínculos com o Plano Plurianual 2024 – 2027

Programa: 2317 – Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

- **Objetivo Geral:**

Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo, a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva.

- **Objetivo Específico 1:**

- Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

- **Indicador:** Variação da renda familiar bruta das famílias beneficiadas.

- **Entregas:**

1. Estruturação dos Polos da estratégia Rotas de Integração Nacional com base na inclusão produtiva, inovação e sustentabilidade;
2. Projetos de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional;
3. Capacitação de produtores;
4. Implantação de infraestrutura produtiva;
5. Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo.

- **Medidas Institucionais:**

1. Implementação do Sistema de Governança da Faixa de Fronteira.

- **Objetivo Específico 2:**

- Aperfeiçoar as estratégias e instrumentos de planejamento multiescalar e transversal para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial, com melhoria da governança e transparência.

- **Indicador:** Percentual das áreas prioritárias da PNDR com instrumentos de planejamento em implementação.

- **Entregas:**

1. Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado.
 - o **Medidas Institucionais:**
 1. Desenvolvimento da Estratégia Nacional de Governança para o Ordenamento Territorial;
 2. Estruturação e implementação de programas vinculados aos objetivos da PNDR;
 3. Implantação do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional (SNIDR);
 4. Monitoramento das instâncias de governança da PNDR, conforme o Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019;
 5. Reestruturação e funcionamento do Núcleo de Inteligência Regional (NIR).

Feita essa contextualização, apresenta-se a seguir resumo da análise SWOT, levantamento de riscos, dos problemas, desafios, objetivos, indicadores, metas, programas e iniciativas do planejamento estratégico relacionados a cada um dos subeixos de Desenvolvimento Regional e Territorial.

SUBEIXO: PLANEJAMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIA



Fonte: Planejamento Estratégico MIDR – 2023-2027. Disponível em <https://www.gov.br/mdr/>

A figura a seguir apresenta os principais problemas e desafios enfrentados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Entre os problemas estão o aumento das desigualdades regionais, a baixa capacidade de gestão territorial e a fragilidade no monitoramento das políticas regionais. Já os desafios incluem o fortalecimento da PNDR, a implementação de planos de

desenvolvimento regional, e a criação de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial, com foco em uma governança eficiente e a sustentabilidade dos territórios.

PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

Ampliação dos níveis de desigualdades (sociais, econômicas e tecnológicas), com aumento do gap entre as regiões;

Baixa capacidade dos municípios para realizar a gestão territorial, elaboração de projetos e planos de desenvolvimento e geração de receitas próprias;

Sistema de governança do desenvolvimento regional não estruturado;

Baixa capacidade de monitoramento e avaliação da política de desenvolvimento regional, com fragilidade no uso de indicadores;

Desarticulação, descontinuidade ou ausência de planos de desenvolvimento regionais e sub-regionais (faixa de fronteira, semiárido, RIDEs, e outras sub-regiões priorizadas);

Inexistência de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial.

DESAFIOS FUNDAMENTAIS

Fortalecer a PNDR e seus instrumentos;

Efetivar a aprovação e a implementação dos Planos Regionais e Sub-regionais de desenvolvimento, com maior articulação entre os entes federativos, poder Executivo e Legislativo;

Fortalecer as capacidades dos Entes Subnacionais para o Desenvolvimento Regional;

Estabelecer a Política Nacional de Ordenamento Territorial de forma compatível com as premissas de sustentabilidade e observância das questões climáticas, em conformidade com os compromissos internacionais firmados;

Efetivar a integração entre as diversas políticas sob a ótica territorial e o engajamento dos atores políticos governamentais;

Alcançar uma distribuição territorial mais equilibrada dos recursos para o desenvolvimento;

Implementar o Sistema de Governança da Política Nacional do Desenvolvimento Regional.

7. O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL BNDES

Em seu site oficial, o BNDES aponta sua atuação no desenvolvimento regional e territorial:

“O BNDES atua de forma a considerar tanto a visão do desenvolvimento regional, com vistas à redução de desigualdades de renda, como a abordagem territorial, promovendo integração entre os instrumentos financeiros e fortalecendo parcerias para atuar de forma articulada e

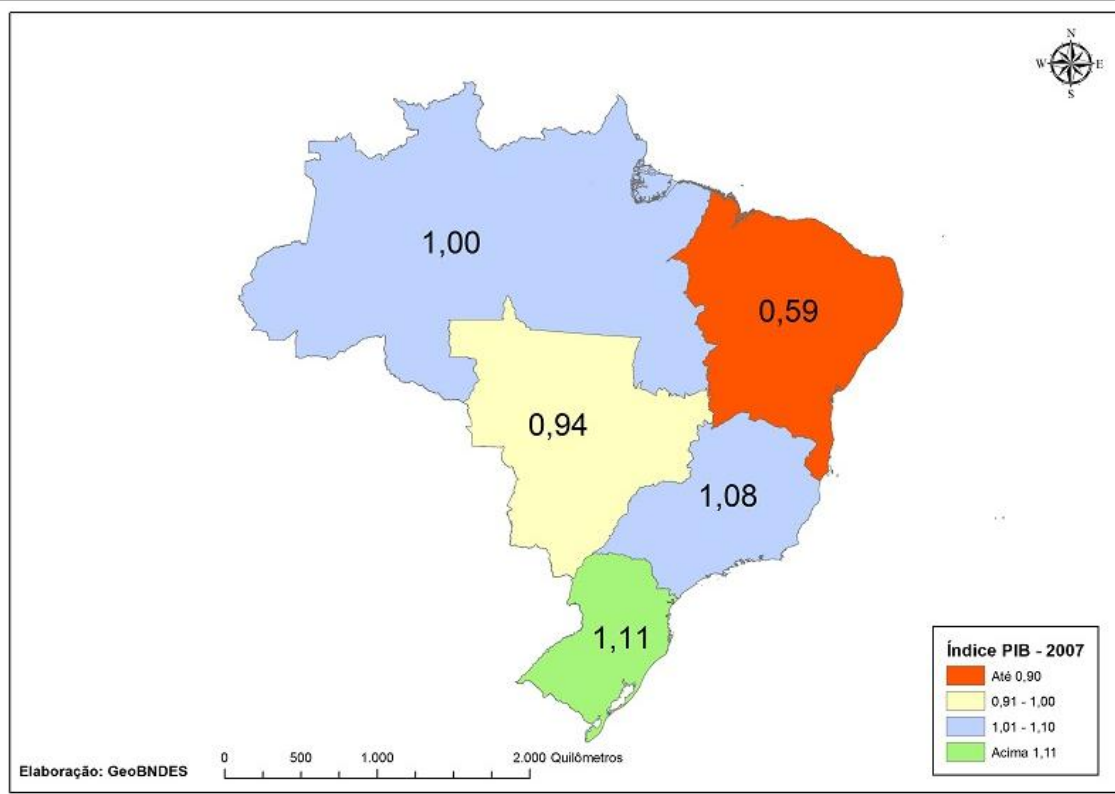
conjunta com outros agentes econômicos, como entes públicos, privados e do terceiro setor.”

E, no caso de uma pergunta direta sobre como o BNDES pode atuar concretamente para o alcance desses objetivos, a resposta está a seguir:

- **elaboração de análises socioeconômicas**, que utilizam informações estatísticas, mapas e imagens de satélite para identificar as oportunidades de desenvolvimento local e mitigar os possíveis impactos que o crescimento pode provocar no meio ambiente e na vida daquela sociedade;
- **articulação de grupos de trabalho interdisciplinares** dedicados a buscar sinergia entre as ações apoiadas pelo BNDES em locais geograficamente próximos, nos diversos setores;
- **georreferenciamento das intervenções do BNDES para acompanhamento da evolução física de projetos**, mapeamento de impactos e construção de marcos para a avaliação;
- **fomento constante** para elevar o valor dos financiamentos nas regiões menos favorecidas em proporção maior que sua contribuição para a formação do PIB (produto interno bruto) do país.

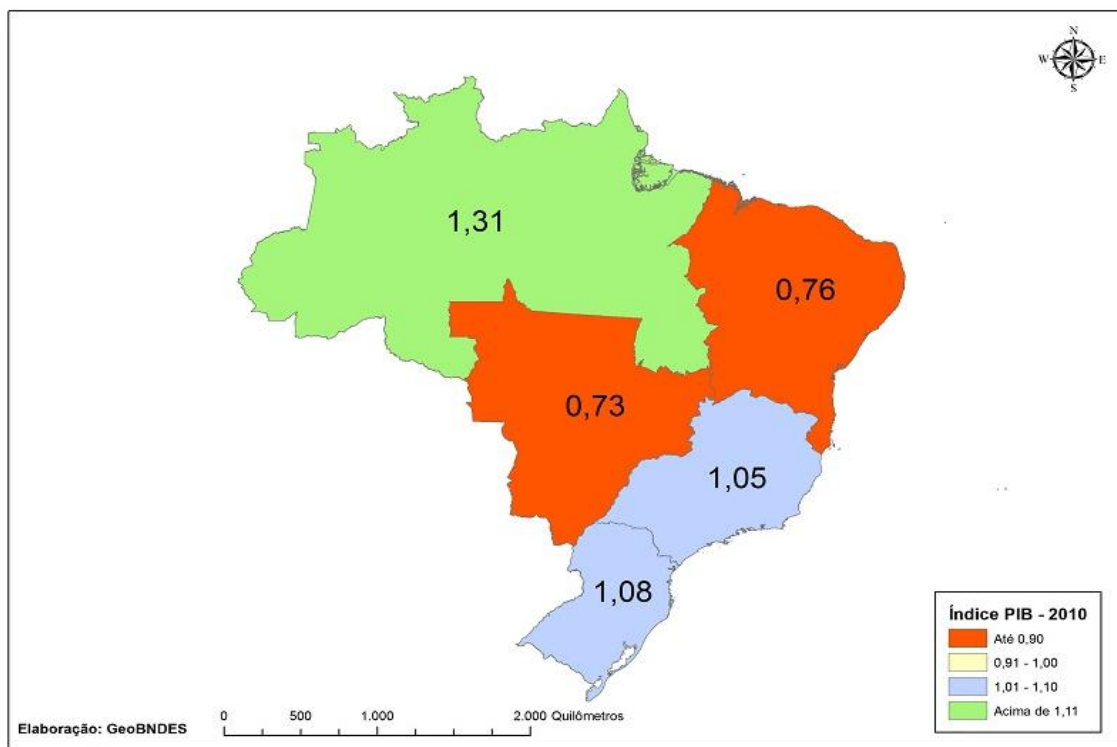
E, em termos quantitativos, as imagens a seguir apresentam a **evolução do quociente entre a participação da região nos desembolsos do BNDES e a participação do PIB da região no PIB do país**. Valores acima de 1 significam que a proporção de recursos do BNDES investida naquela região foi maior que a proporção da participação da região na formação do PIB nacional.

2007



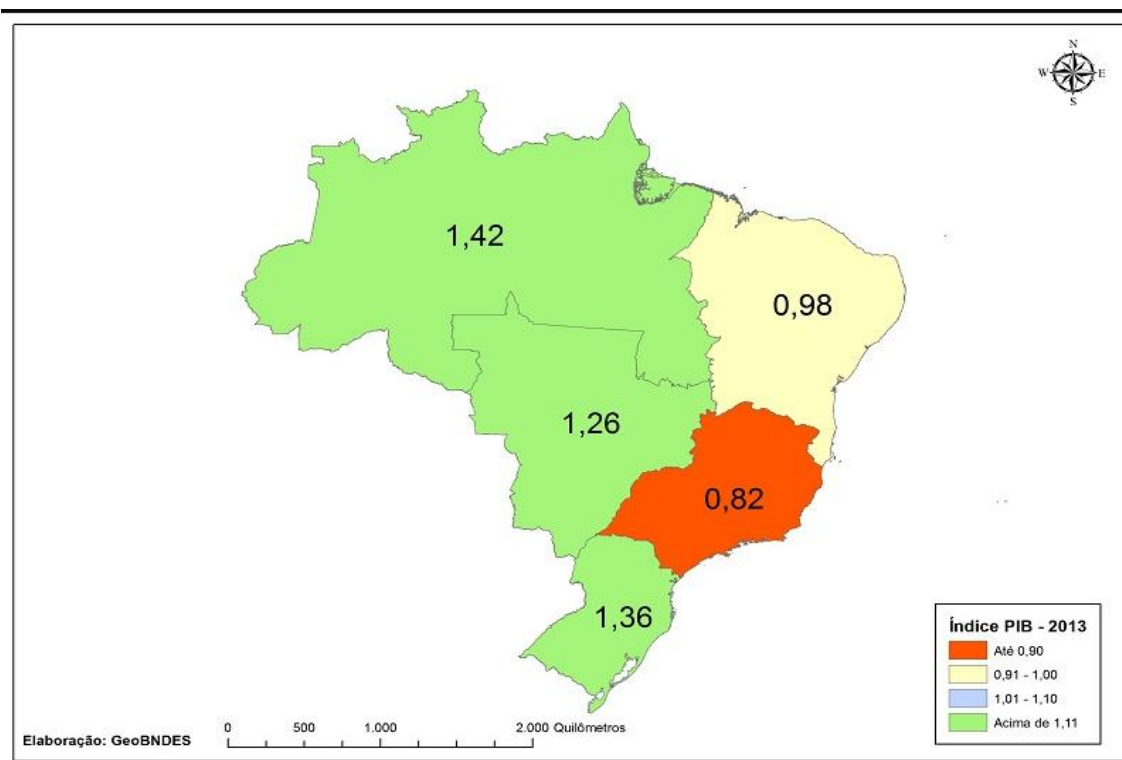
Fonte: BNDES

2010



Fonte: BNDES

2013



Fonte: BNDES

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

 Aula em PDF 2025  | Pós-Edital ENAP/FGV

CONCLUSÃO

Observa-se o empenho do BNDES em promover o apoio a investimentos em regiões menos favorecidas: a Amazônia tem recebido recursos crescentes e sempre acima de sua contribuição ao PIB; o Centro-Oeste passa nesta década a contar com recursos acima de sua participação na produção nacional e o Nordeste, que parte de um nível muito baixo, já está conseguindo apresentar projetos em valor suficiente para equiparar os desembolsos do BNDES na mesma proporção de sua participação no PIB do país.

No histórico da atuação do BNDES junto à questão regional, vale lembrar que, em dezembro de 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), diretamente vinculada à Presidência da República. Instituída como uma das principais metas do governo Kubitschek, a Sudene foi o primeiro órgão de planejamento regional do país, responsável por centralizar os investimentos federais na região. Celso Furtado, designado pelo BNDES para coordenar a instalação do novo órgão em Recife, foi o responsável pelas estratégias de atuação da Sudene entre 1959 e 1964.

Aliás, nesse período, no contexto do governo João Goulart, de acordo com Celso Furtado, o BNDES contava com o grupo de economistas mais capacitado de sua convivência, todos seus colegas. Ele assumiu a responsabilidade de elaborar o Plano Trienal, mesmo nas condições difíceis e com prazos curtos, em grande parte por seu compromisso com o presidente João Goulart. Ao aceitar o desafio, Furtado buscou imediatamente o apoio do BNDES, reconhecendo que a Sudene estava mais focada no desenvolvimento regional. Foi o pessoal do BNDES, com uma visão nacional, que o auxiliou. Embora o plano tenha sido elaborado fora

da estrutura formal do Banco, **houve uma colaboração informal, com técnicos e informações à disposição de Furtado em tempo integral**. Ele destacou que a elaboração do plano em apenas quatro meses só foi possível devido aos recursos humanos e técnicos fornecidos pelo BNDES.

No período identificado como o milagre econômico (1970-1979), foi reinaugurado o escritório do BNDES no Nordeste, em Recife. Na época, havia uma necessidade de intensificar a atuação nas regiões Norte e Nordeste, onde a população era maior e as desigualdades de renda eram significativas.

O desenvolvimento do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, e do Polo de Natal, no Rio Grande do Norte, eram exemplos de iniciativas importantes. Além disso, em áreas como Petrolina e Juazeiro, no interior de Pernambuco, havia o plantio de frutas tropicais com base na irrigação, especialmente na região do Baixo São Francisco. O BNDES teve uma atuação significativa nesse período, buscando reduzir o desequilíbrio regional.

Um pouco mais a frente, um marco importante na história do então BNDE ocorreu em 1982, quando a instituição ampliou seu escopo de atuação e passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa mudança refletia a necessidade de abordar questões sociais que, embora as conquistas econômicas fossem significativas, ainda se mostravam agravadas no país. O desafio passou a ser conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social.

A nova área de atuação social do BNDES foi respaldada pela criação do Fundo de Investimento Social (Finsocial), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, o mesmo que adicionou o "S" ao nome do banco. O Finsocial tinha como objetivo financiar investimentos assistenciais em setores como alimentação, habitação popular, saúde, educação e apoio ao pequeno agricultor. O BNDES ficou encarregado de aplicar esses recursos em projetos e programas direcionados por diretrizes estabelecidas pela Presidência da República, e essa atuação ganhou ainda mais dinamismo durante o governo Sarney, consolidando o papel social do Banco.

No início, as receitas do Finsocial representavam 13% do total dos recursos do BNDES. Foram priorizados investimentos em setores estabelecidos por decreto-lei, como saúde, educação e apoio ao pequeno agricultor. O Nordeste foi a região mais beneficiada pelas ações dessa nova área. Devido às secas que ocorreram naquele período, foram realizadas ações emergenciais em vários municípios da região, incluindo "frentes de trabalho" em parceria com a Sudene.

A década de 1980 no Brasil foi marcada por uma profunda crise econômica, conhecida como a "década perdida". O país enfrentou alta inflação, endividamento externo crescente e estagnação econômica, decorrentes do choque do petróleo e da política de crescimento acelerado por meio de endividamento externo da década anterior. Durante esse período, os planos econômicos tentavam controlar a hiperinflação e estabilizar a economia, mas enfrentavam dificuldades em implementar reformas estruturais. No contexto dessa crise, o BNDES desempenhou um papel crucial ao manter o financiamento de projetos estratégicos, especialmente em infraestrutura e setores industriais, buscando atenuar os impactos da recessão. Além disso, o banco começou a ampliar sua atuação social, apoiando projetos voltados ao desenvolvimento regional e à geração de empregos, em consonância com a necessidade de enfrentar as desigualdades e fomentar o crescimento em um cenário de crise econômica prolongada.

Conforme a literatura, contudo, as primeiras iniciativas explícitas do BNDES na dimensão regional surgiram efetivamente na década de 1990 (Paiva e Quaglio, 2017).⁶ A primeira experiência do BNDES com foco no desenvolvimento regional ocorreu em 1993, quando o Banco concedeu financiamentos a pequenos e médios produtores rurais no Rio Grande do Sul, priorizando o setor agropecuário e incentivando a difusão de novas tecnologias nesse setor. Nesse mesmo ano, o BNDES criou o **Programa Nordeste Competitivo (PNC)**, que oferecia financiamentos em condições privilegiadas, com prazos e custos diferenciados,

⁶ Gislaine de Miranda Quaglio, Cláudio Cesar de Paiva. **A questão regional e o BNDES: uma análise da conformidade entre a atuação do Banco e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 2 (60), p. 337-368, ago. 2017.

voltados para empreendimentos nos municípios do Nordeste, além de algumas operações estendidas ao Espírito Santo e a municípios de Minas Gerais incluídos no Plano de Desenvolvimento do Nordeste.

Nos anos seguintes, o BNDES continuou expandindo sua atuação regional com a criação do **Programa Amazônia Integrada (PAI)**, do **Programa de Fomento e Reversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (Reversul)**, além da criação de sua **Secretaria de Desenvolvimento Regional**. Em 2005, o BNDES consolidou seu compromisso com o desenvolvimento regional ao aprovar e instituir dois programas específicos. O primeiro foi o **Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (Proinco)**, lançado em junho daquele ano, que visava atender às demandas de aglomerações produtivas por investimentos coletivos, em que a propriedade era compartilhada por diversos produtores ou empresas.

O segundo programa, o **Programa de Dinamização Regional (PDR)**, entrou em vigor em março de 2006, substituindo os programas regionais anteriores, como o **PNC**, o **PAI**, o **PCO** e o **Reversul**. O PDR se tornou uma política transversal do BNDES, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e reduzir as desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

Para definir as regiões prioritárias, o critério utilizado foi inspirado na tipologia da PNDR, com algumas adaptações. A faixa de **média renda** da PNDR foi dividida em **média renda inferior** e **média renda superior** para tornar a classificação territorial mais precisa. Além disso, a classificação das microrregiões foi desagregada para os municípios, levando em consideração as desigualdades intramunicipais. Um critério alternativo foi desenvolvido com base em 49 aglomerações urbanas identificadas pelo Projeto de Pesquisa "Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil", realizado pelo IPEA, IBGE e Nesur (IE Unicamp).

No entanto, uma análise feita por Gaspar e Ramos (2011) revelou que o escopo do PDR não foi totalmente atingido. A concepção do programa de direcionar recursos para as regiões prioritárias não se concretizou como esperado. Segundo os autores, o foco na redução de taxas de juros como um atrativo para

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

📄 Aula em PDF 2025 📄 | Pós-Edital ENAP/FGV

financiamentos negligenciou o fato de que pequenos cortes não eram suficientes para compensar a realidade econômica de algumas regiões deprimidas, onde faltam agentes capacitados para investir, um mercado consumidor dinâmico e uma gestão de custos eficiente.

Como apontam Quaglio e Paiva (Op.cit), em 2007, a questão regional no Brasil retornou como uma política de Estado, agora com novos desafios e características. **A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)** trouxe inovações significativas, especialmente por adotar uma abordagem multiescalar e por incentivar o protagonismo local, superando a antiga dicotomia entre as políticas bottom-up e top-down.

Nessa nova configuração, diversos atores institucionais e grupos sociais foram mobilizados para contribuir em várias instâncias de implementação da PNDR, com destaque para a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

E indo ao cerne da questão, os autores apontam:

A nova política regional brasileira, contudo, necessita superar um dos principais entraves para sua execução **que é o financiamento da Política. A relação com o BNDES é imediata, pois um banco nacional de desenvolvimento tem por objetivo fundamental prover recursos financeiros de médio e longo prazos para o desenvolvimento econômico e social de um país.** (Grifo nosso)

Os autores apontam que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) enfrentou diversos obstáculos que impediram sua plena consolidação. Entre os principais entraves estavam a falta de articulação na governança institucional, a sobreposição de competências, a insuficiência de fontes de financiamento e o tratamento da política apenas como um instrumento programático. No que diz respeito às fontes de financiamento, com a inviabilização do FNDR, o BNDES foi considerado uma alternativa importante para a redução das desigualdades regionais.

No entanto, dados sobre os desembolsos regionais do BNDES indicaram que, embora houvesse algum movimento de descentralização dos recursos, as regiões Sudeste e Sul continuaram sendo os principais destinos das operações de financiamento, particularmente no âmbito do **Programa de Dinamização Regional (PDR)**. Nas demais regiões, o destaque foi para localidades já consolidadas ou com maior dinamismo econômico. A maioria das operações foi destinada a municípios de alta renda e capitais estaduais, demonstrando uma concentração dos recursos.

Os autores concluem que a atuação do BNDES seguiu a dinâmica regional do período pós-1980, marcada por uma fragmentação e reconcentração regional das operações. Dessa forma, o Banco não conseguiu promover efetivamente a redução dos desequilíbrios territoriais, beneficiando principalmente regiões com histórico de dinamismo ou que já haviam sido alvo de programas de investimento em nível federal, estadual ou municipal.

Diante disso, duas considerações foram sugeridas para a revisão do PDR. A primeira refere-se à dificuldade do Banco em atingir determinadas localidades, destacando a necessidade de intensificar parcerias com intermediários financeiros (IFCs) para aumentar a capilaridade de suas operações. A segunda é a necessidade de revisar a estratégia de redução de juros como único atrativo para os financiamentos, uma vez que taxas de juros mais baixas não garantem, por si só, a demanda por crédito, especialmente em regiões com cenários complexos.

A desconcentração econômica e a redução das desigualdades regionais e sociais dependem da efetividade com que a lógica do desenvolvimento regional é adotada. No caso do BNDES, isso envolve ir além do discurso sobre a tipologia microrregional, já que sua atuação foi passiva diante da oportunidade de direcionar investimentos para regiões que mais necessitam de estímulos às suas potencialidades locais. Para ser um agente efetivo no financiamento do desenvolvimento regional, o BNDES deve assumir um papel estratégico, com estudos técnicos e parcerias que ajudem a identificar setores produtivos com potencial em cada região. O foco deve ser a promoção de atividades econômicas

que gerem capital e intensifiquem o uso de tecnologias, e não apenas a oferta de recursos financeiros sem planejamento regional adequado.

Por fim, apesar dos avanços na construção de uma nova política regional durante o Governo Lula, ainda persistem aspectos estruturais do subdesenvolvimento do Brasil, especialmente na lógica dos desequilíbrios regionais.

REVISÃO POR QUESTÕES COMENTADAS FGV E MULTIBANCAS

1. (Questão - FGV - 2024 - Técnico Legislativo (ALEP)/Legislativo)

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi corretamente informado a João que:

- A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- B) as opções políticas das maiorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.
- C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitada por João.
- D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitado por João.

GABARITO: D

COMENTÁRIO

A **alternativa D** está correta. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, inciso III, estabelece como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil "**reduzir as desigualdades regionais e sociais**". Dessa forma, o objetivo de João, ao buscar reduzir as disparidades regionais por meio de uma proposição legislativa, está em conformidade com os princípios constitucionais, especialmente no que tange à necessidade de promover o desenvolvimento de regiões menos favorecidas e garantir uma melhoria na qualidade de vida de seus habitantes.

2. (Questão - FGV - 2024 - Analista Legislativo (CAM DEP)/Consultor Legislativo/Área X/"Prova C. Esp. Reaplicada)

Há diversos fatores que podem gerar desigualdades regionais. Segundo a teoria, no caso brasileiro, assinale a opção que indica uma política que, potencialmente, poderia reduzir as desigualdades regionais.

- A)** A melhora da qualidade das instituições reduziria a desigualdade, independentemente do fato de afetarem a acumulação de capital humano.
- B)** A uniformização do padrão e melhoria do ensino nas diferentes regiões tende a reduzir a desigualdade regional, mas ainda não gerou resultados no Brasil.
- C)** O maior subsídio ao capital em regiões mais pobres visa elevar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a renda nessas regiões, o que levaria à redução das desigualdades regionais.
- D)** Aumento do salário-mínimo dos trabalhadores, que levará à convergência de renda sem afetar a economia do país.
- E)** As políticas regionais de melhoria da infraestrutura local acabaram contribuindo fortemente para a redução das desigualdades regionais no Brasil.

GABARITO: B

COMENTÁRIO

A **alternativa B** está correta. A uniformização do padrão e a melhoria do ensino nas diferentes regiões têm grande potencial para reduzir as desigualdades regionais no Brasil. O desenvolvimento do capital humano em áreas menos favorecidas permite que essas regiões tenham mais acesso a oportunidades de emprego e aumentem a renda, o que contribui para a redução das disparidades regionais. Além disso, a melhoria do ensino pode gerar benefícios de longo prazo, como uma maior qualificação da mão de obra, resultando em maior produtividade e crescimento econômico. No entanto, é preciso ressaltar que essa política ainda não gerou resultados significativos no Brasil, devido aos desafios de implementação e às desigualdades ainda presentes no sistema educacional do país.

Análise das Demais Alternativas:

- **A) Incorreta:** Embora a melhora da qualidade das instituições seja importante, a redução das desigualdades regionais está diretamente relacionada à acumulação de capital humano. Instituições de qualidade afetam a capacidade de promover educação e desenvolvimento de habilidades, que são fundamentais para a redução das disparidades regionais.
- **C) Incorreta:** O subsídio ao capital em regiões mais pobres pode aumentar a produtividade e a renda, mas essa política sozinha pode gerar distorções, beneficiando apenas setores ou empresas específicas. Isso nem sempre resulta na redução das desigualdades regionais de forma abrangente.
- **D) Incorreta:** O aumento do salário-mínimo pode ajudar a reduzir desigualdades de renda entre trabalhadores, mas não garante

convergência de renda entre regiões. Além disso, aumentos salariais desproporcionais podem gerar efeitos adversos na economia, como desemprego e inflação.

- **E) Incorreta:** Embora políticas de melhoria da infraestrutura local sejam importantes, por si só não são suficientes para reduzir desigualdades regionais de forma significativa. Se essas políticas não forem acompanhadas de outras medidas, como investimentos em educação e saúde, seus efeitos podem ser limitados ou até acentuar as disparidades entre as regiões.

3. FGV – 2022 – Consultor Legislativo (SEN) / Assessoramento Legislativo / Pronunciamentos

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituída em 2007 e atualizada em 2019, tem como finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Para estabelecer as regiões prioritárias para a atuação da PNDR, o Decreto nº 6.047/2007 propôs a elaboração de uma tipologia das microrregiões brasileiras com base no cruzamento de duas variáveis: a Taxa Geométrica de Variação do Produto Interno Bruto Municipal por habitante e

- A) a Produtividade Média do Trabalho.
- B) o Índice de Desenvolvimento Humano.
- C) o Rendimento Médio Mensal por Habitante.
- D) o Grau de Escolaridade da População Adulta.
- E) a Taxa de Crescimento da População Urbana.

 **GABARITO: C**

 **COMENTÁRIO**

A alternativa C está correta, pois corresponde às duas variáveis oficialmente adotadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para caracterizar as microrregiões brasileiras:

- Taxa Geométrica de Variação do PIB Municipal per capita → variável dinâmica, que expressa o desempenho produtivo da região;
- Rendimento Médio Mensal por Habitante → variável estática, que indica o nível de renda da população.

O cruzamento dessas duas variáveis, conforme definido no Decreto nº 6.047/2007, gerou uma tipologia de quatro categorias de microrregiões:

1. Alta Renda
2. Baixa Renda
3. Dinâmicas
4. Estagnadas

Essa tipologia é utilizada para definir as regiões prioritárias no planejamento e alocação de recursos públicos voltados ao desenvolvimento regional. O objetivo é reduzir as desigualdades socioeconômicas, articulando investimentos e políticas públicas conforme o perfil de cada região.

✎ Análise das alternativas incorretas:

✘ Alternativa A) A produtividade média do trabalho não é critério da PNDR. É um indicador microeconômico relacionado à eficiência da força de trabalho, mas não integra a metodologia da tipologia microrregional.

✘ Alternativa B) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não é utilizado na tipologia da PNDR, embora seja um importante indicador social. A política opta por dados econômicos objetivos de fonte nacional (PIB e renda).

✘ Alternativa D) O grau de escolaridade da população adulta não foi uma das variáveis selecionadas. Embora a educação seja relevante para o desenvolvimento, ela não foi critério estruturante da classificação territorial.

✘ Alternativa E) A taxa de crescimento da população urbana não compõe os critérios da PNDR. O foco está na renda e no dinamismo produtivo, não no crescimento populacional.

4. (Questão - CESGRANRIO - 2024 - Técnico de Planejamento e Pesquisa (IPEA)/Políticas Públicas e Desenvolvimento)

Ao longo da primeira década do século XXI, verificou-se uma tentativa de retomada de políticas redistributivas com enfoque regional, com destaque para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), implementada entre 2004 e 2017. Essas políticas se conectam à operação dos diversos fundos constitucionais disponíveis para a promoção da redução das desigualdades regionais, mediante a aplicação de recursos de incentivos fiscais e de financiamentos em empreendimentos econômicos localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na análise do papel dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional, observa-se o seguinte:

A) no período 2003-2015, há evidências de que a hipótese da desconcentração concentrada foi reforçada, privilegiando o polígono formado por aglomerações industriais das regiões Sudeste e Sul, com um número limitado de novas aglomerações industriais tendo surgido em territórios fora do polígono, evidenciando a importância limitada que assumiram os incentivos fiscais e recursos dos fundos constitucionais de financiamento (FCFs) na estratégia de realocação de plantas industriais.

B) na primeira década do século XXI, constata-se uma forte relação entre a operação dos fundos constitucionais e os postulados da PNDR, verificando-se mudanças importantes na aplicação desses fundos, com reorientação das operações na direção dos espaços menos dinâmicos das regiões contempladas.

C) para a formatação da tipologia territorial da primeira versão da PNDR e a definição de áreas prioritárias de ação, adotou-se a escala mesorregional, baseada no cruzamento das variáveis rendimento domiciliar médio e

crescimento do produto interno bruto (PIB) per capita, resultando na definição de quatro grupos de mesorregiões: de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda.

D) a região Sudeste, muito embora detenha a maior parcela dos recursos direcionados para a indústria, apresentou redução expressiva no total dos desembolsos nos períodos 2000-2004 e 2015-2018, sendo que as regiões Nordeste e Norte foram aquelas com maior aumento da participação na parcela daqueles desembolsos, enquanto as regiões Sul e Centro-Oeste, apesar de resultados mais tímidos, também apresentaram ganhos na participação no mesmo período.

E) os Fundos Constitucionais possuem uma série de limitações: atendem apenas às áreas de abrangência da Sudam, Sudene e Sudeco, não atingindo outras áreas prioritárias da PNDR no País; não possuem mecanismos eficientes de seletividade setorial e de indução da localização dos investimentos; suas exigências, em termos de contrapartidas, são muito limitadas; não dispõem de recursos não reembolsáveis que possam atender a outras necessidades do desenvolvimento da região que não o financiamento das atividades produtivas.

 **GABARITO: E**

 **COMENTÁRIO**

A **alternativa E** está correta. A resposta reflete as limitações funcionais dos fundos constitucionais, que atendem exclusivamente às áreas de abrangência da Sudam, Sudene e Sudeco, deixando de contemplar outras regiões prioritárias da PNDR. Além disso, esses fundos possuem dificuldades em estabelecer mecanismos eficientes de seletividade setorial e indução de localização de investimentos. Suas exigências de contrapartida também são limitadas, e não há recursos não reembolsáveis que possam atender a outras necessidades além do financiamento produtivo, o que limita seu impacto no desenvolvimento regional.

Conforme a Constituição Federal, os fundos têm como origem 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo geridos para promover o desenvolvimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Apesar disso, os fundos não alcançam outras áreas prioritárias da PNDR fora dessas regiões, evidenciando suas limitações em alcançar objetivos mais amplos de desenvolvimento regional.

Análise das Demais Alternativas:

- **A) Incorreta:** A aplicação dos recursos dos fundos constitucionais é restrita às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme as diretrizes da Constituição Federal. Portanto, a alternativa está equivocada ao sugerir que os fundos privilegiaram o polígono industrial das regiões Sudeste e Sul. Esses fundos visam reduzir as desigualdades regionais, e não reforçar a concentração industrial em regiões já desenvolvidas.
- **B) Incorreta:** Ao contrário do que sugere a alternativa, não houve uma forte relação entre a operação dos fundos constitucionais e os princípios da PNDR na primeira década do século XXI. Durante esse período, as políticas de desenvolvimento setorial ganharam mais ênfase, enfraquecendo a implementação da PNDR, que teve sua primeira versão instituída pelo Decreto nº 6.047/2007. A relação entre os fundos e a PNDR não foi suficientemente robusta.
- **C) Incorreta:** A primeira versão da PNDR, implementada em 2007, não foi pautada exclusivamente por critérios técnicos como o cruzamento das variáveis rendimento domiciliar médio e PIB per capita. A política teve uma abordagem mais orientada por diretrizes setoriais e regionais, dificultando o avanço de uma tipologia territorial sólida e eficaz para direcionar os recursos.
- **D) Incorreta:** A aplicação dos recursos dos fundos constitucionais é voltada exclusivamente para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A região Sudeste, embora detenha maior parcela de recursos para a

indústria em geral, não recebe recursos desses fundos, o que torna essa alternativa incorreta.

5. (Questão - CESGRANRIO - 2024 - Técnico de Planejamento e Pesquisa (IPEA)/Políticas Públicas e Avaliação)

O debate sobre as desigualdades regionais no Brasil, prevalecente na década de 1990, estabeleceu-se de modo muito pessimista em função das expectativas negativas que se tinha acerca dos prováveis efeitos do forte movimento de abertura comercial, financeira e produtiva que se implementou no período, marcado pelo baixo crescimento econômico, elevado desemprego e fraca atuação governamental. No setor industrial, as periferias avançaram firmemente, se tornando regiões de atração para empreendimentos que passaram por forte reestruturação de custos na região "central", em prol da desconcentração produtiva.

O relativo avanço produtivo nas regiões periféricas, nesse período, é explicado pelo seguinte fator:

- A) o enfraquecimento do setor terciário no Sudeste
- B) o fortalecimento do setor terciário no Centro-Oeste
- C) os ganhos da agropecuária no Norte
- D) os ganhos do setor agropecuário no Nordeste
- E) os incentivos fiscais das políticas regionais e estaduais

 **GABARITO: E**

COMENTÁRIO

A **alternativa E** está correta. O texto nos apresenta um contexto de baixo crescimento econômico, elevado desemprego e uma fraca atuação governamental na década de 1990. Isso levou a uma reestruturação de custos na região "central" do Brasil, provocando a migração de operações industriais

para as regiões periféricas, onde os custos de produção, incluindo mão de obra, eram mais baixos.

Esse movimento de desconcentração produtiva foi possibilitado principalmente pelos **incentivos fiscais oferecidos pelas políticas regionais e estaduais**, que reduziram impostos, ofereceram subsídios e promoveram melhorias na infraestrutura e na qualidade de vida dessas regiões. Esses fatores tornaram as regiões periféricas mais atrativas para novos empreendimentos, facilitando o avanço produtivo nessas áreas. A combinação desses incentivos com custos menores de produção e a oferta de infraestrutura adequada foi decisiva para essa migração.

Análise das Demais Alternativas:

- **A) Incorreta:** O enfraquecimento do setor terciário no Sudeste não foi citado no texto. Além disso, o setor terciário, que abrange serviços, não está diretamente relacionado ao avanço produtivo das regiões periféricas.
- **B) Incorreta:** O texto se refere ao avanço produtivo nas periferias, impulsionado pelo setor industrial (setor secundário), e não pelo setor terciário (setor de serviços). O fortalecimento do setor terciário no Centro-Oeste não explica o fenômeno descrito.
- **C) Incorreta:** Os ganhos da agropecuária (setor primário) no Norte não são mencionados no texto como um fator para o avanço produtivo industrial nas periferias. O foco está na reestruturação de custos e na desconcentração do setor industrial.
- **D) Incorreta:** Similar à alternativa C, os ganhos agropecuários no Nordeste não têm relação com o avanço produtivo industrial nas periferias. O texto se concentra no setor secundário e na desconcentração produtiva.
- **E) Correta:** Os **incentivos fiscais das políticas regionais e estaduais** foram fundamentais para atrair empresas para as regiões periféricas, oferecendo condições mais favoráveis para a produção, como redução de impostos e subsídios, além de melhorias na infraestrutura.

6. Questão Inédita (Equipe Igepp Online)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída com o objetivo de promover a redução das desigualdades regionais no Brasil, baseia-se em princípios e objetivos voltados para o desenvolvimento integrado e sustentável do território nacional. Sobre os princípios, objetivos e estratégias da PNDR, conforme disposto no Decreto nº 9.810/2019, assinale a alternativa **correta**:

- A)** A PNDR estabelece como princípio fundamental o foco exclusivo no desenvolvimento econômico das regiões mais industrializadas do país, visando ao aumento da competitividade no mercado externo.
- B)** Entre os objetivos da PNDR está a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões com baixos indicadores socioeconômicos, além da consolidação de uma rede policêntrica de cidades para descentralizar o desenvolvimento.
- C)** Um dos principais pilares da PNDR é a centralização do planejamento e a ausência de participação social na elaboração das políticas regionais, visando à eficiência administrativa.
- D)** O Sistema de Governança do Desenvolvimento Regional, previsto como estratégia da PNDR, visa eliminar a participação de governos estaduais e distritais nos pactos de metas estabelecidos pela União.
- E)** A PNDR prioriza o desenvolvimento exclusivamente de cadeias produtivas voltadas à exportação, sem atenção à diversificação econômica ou à sustentabilidade nas regiões mais pobres do Brasil.

 **GABARITO: B**

COMENTÁRIO

A **alternativa B** está correta. Entre os objetivos da PNDR está **a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento** em regiões com

baixos indicadores socioeconômicos, além da **consolidação de uma rede policêntrica de cidades**, que visa à descentralização do desenvolvimento regional e à interiorização do crescimento econômico. Esses pontos refletem o esforço da PNDR em reduzir as desigualdades regionais no Brasil, com foco na melhoria da qualidade de vida e na redução das disparidades entre as regiões.

Análise das Demais Alternativas:

- **A) Incorreta:** A PNDR não se concentra exclusivamente nas regiões mais industrializadas. Pelo contrário, seu foco principal é a **redução das desigualdades regionais** e a promoção do desenvolvimento em regiões menos favorecidas.
- **C) Incorreta:** A participação social é um dos princípios fundamentais da PNDR, assim como o **planejamento integrado e transversalidade**. A política visa promover o desenvolvimento com base na cooperação entre os diferentes níveis de governo e na participação social.
- **D) Incorreta:** O **Sistema de Governança do Desenvolvimento Regional** busca justamente promover a cooperação federativa, com a participação de governos estaduais e distritais, sendo uma das suas estratégias principais a definição de **pactos de metas** em conjunto.
- **E) Incorreta:** A PNDR não se limita ao desenvolvimento de cadeias produtivas voltadas à exportação. Um dos seus objetivos é justamente **fomentar a diversificação econômica e a sustentabilidade**, sobretudo em regiões especializadas na produção de commodities.

7. Questão Inédita (Equipe Igepp online)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída para promover a convergência dos níveis de desenvolvimento no Brasil, é guiada por uma série de estratégias que visam assegurar a redução das desigualdades regionais. Com base nas estratégias da PNDR, conforme estabelecido no Decreto nº 9.810/2019, assinale a alternativa **correta**:

- A)** A PNDR estabelece a centralização das decisões no nível federal, sem articulação com governos estaduais ou distritais, limitando a participação social nas decisões estratégicas.
- B)** Uma das estratégias da PNDR é a criação de pactos de metas, que constituem instrumentos de cooperação federativa entre o Governo federal e os Governos estaduais e distrital, visando definir metas, responsabilidades e a destinação de recursos.
- C)** O Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional, uma das estratégias da PNDR, visa monitorar exclusivamente as regiões Sudeste e Sul, para aumentar a competitividade dessas regiões no mercado internacional.
- D)** A PNDR define como estratégia principal o estímulo à importação de tecnologias produtivas de outras regiões, sem preocupação com a valorização das cadeias produtivas locais e regionais.
- E)** A PNDR restringe suas ações ao fortalecimento do setor agrícola em regiões de baixa renda, sem estímulo ao empreendedorismo ou à inovação em outros setores produtivos.

 **GABARITO: B**

COMENTÁRIO

A **alternativa B** está correta. A criação de **pactos de metas** é uma das estratégias centrais da PNDR, conforme previsto no Decreto nº 9.810/2019. Esses pactos são instrumentos de **cooperação federativa** que envolvem o Governo federal, os Governos estaduais e distrital, com o objetivo de estabelecer metas claras, responsabilidades e a destinação de recursos para promover o desenvolvimento regional de forma coordenada.

Análise das Demais Alternativas:

- **A) Incorreta:** A PNDR promove a **cooperação federativa** e a **participação social** como princípios fundamentais, incentivando a

articulação entre os diferentes níveis de governo para garantir o desenvolvimento regional sustentável.

- **C) Incorreta:** O **Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional** visa monitorar todas as regiões do Brasil, não se limitando às regiões mais desenvolvidas como Sudeste e Sul. O objetivo é garantir que todas as regiões, especialmente as menos desenvolvidas, sejam acompanhadas.
- **D) Incorreta:** A PNDR valoriza a **diversificação econômica** e o fortalecimento de **cadeias produtivas locais** e regionais, com ênfase no estímulo ao empreendedorismo e à inovação, buscando sempre um desenvolvimento sustentável.
- **E) Incorreta:** Embora o setor agrícola seja importante, a PNDR não se restringe a ele. A política incentiva também o **empreendedorismo, cooperativismo e inovação em diferentes setores produtivos**, promovendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento de cadeias produtivas em diversas áreas.

8. Questão Inédita (Equipe Igepp online)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento regional e territorial no Brasil, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda e promover a integração entre diferentes atores econômicos. Sobre a atuação do BNDES no desenvolvimento regional, assinale a alternativa **correta**:

- A)** O BNDES concentra suas ações apenas em setores produtivos específicos, sem realizar análises socioeconômicas ou georreferenciamento de seus projetos.
- B)** O BNDES atua no desenvolvimento regional promovendo a elaboração de análises socioeconômicas, utilizando informações estatísticas e imagens de satélite para identificar oportunidades de desenvolvimento e mitigar impactos socioambientais.

- C)** A atuação do BNDES no desenvolvimento regional está limitada à concessão de financiamentos com juros reduzidos, sem integração com outros agentes públicos ou privados.
- D)** O BNDES não utiliza ferramentas de georreferenciamento para o acompanhamento de seus projetos, limitando-se à avaliação financeira dos impactos das suas intervenções.
- E)** O fomento do BNDES é concentrado nas regiões mais ricas do país, refletindo diretamente sua contribuição para a formação do PIB nacional.

 **GABARITO: B**

 **COMENTÁRIO**

A **alternativa B** está correta. O BNDES promove o desenvolvimento regional por meio da **elaboração de análises socioeconômicas**, utilizando informações estatísticas, mapas e imagens de satélite. Essas análises permitem ao BNDES identificar **oportunidades de desenvolvimento local** e mitigar os impactos que o crescimento econômico pode ter no meio ambiente e na sociedade. Além disso, a instituição articula grupos de trabalho interdisciplinares e utiliza georreferenciamento para acompanhar os projetos, o que fortalece sua atuação regional.

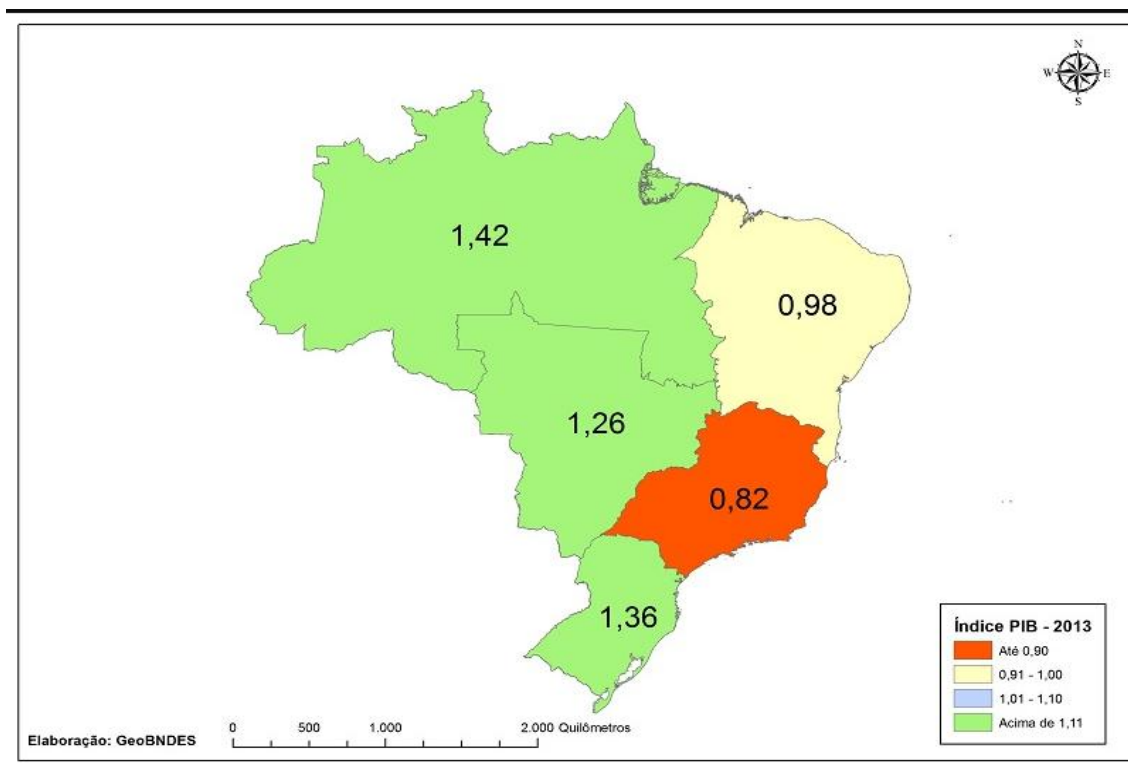
Análise das Demais Alternativas:

- **A) Incorreta:** O BNDES realiza, sim, **análises socioeconômicas e utiliza georreferenciamento** para acompanhar seus projetos, além de atuar em diversos setores produtivos.
- **C) Incorreta:** O BNDES **integra suas ações com agentes públicos, privados e do terceiro setor**. Sua atuação vai além da concessão de financiamentos com juros reduzidos, promovendo uma abordagem articulada e interdisciplinar.

- **D) Incorreta:** O BNDES **utiliza ferramentas de georreferenciamento** para acompanhar a evolução física dos projetos e mapear seus impactos, o que é fundamental para a construção de marcos de avaliação.
- **E) Incorreta:** O fomento do BNDES é direcionado para **eleva o valor dos financiamentos nas regiões menos favorecidas**, em proporção maior do que sua contribuição para o PIB nacional, visando a redução das desigualdades regionais.

9. Questão Inédita (Equipe Igepp online)

2013



Fonte: BNDES

A imagem apresentada mostra a evolução do quociente entre a participação das regiões brasileiras nos desembolsos do BNDES e sua participação no PIB nacional, no período até 2013. Valores acima de 1 indicam que a proporção de recursos do BNDES investida na região foi maior que a proporção de sua

contribuição para o PIB do Brasil. A análise considera a distribuição dos recursos entre as regiões com base em suas necessidades de desenvolvimento econômico.

Com base nas informações e no conceito de quociente apresentado, assinale a alternativa **correta** sobre a atuação do BNDES no período representado:

- A)** A região Sudeste, que possui o maior PIB do país, recebeu desembolsos do BNDES na mesma proporção de sua participação no PIB nacional.
- B)** O índice apresentado para a região Sul em 2013 indica que ela recebeu uma proporção maior de recursos do BNDES em relação à sua participação na formação do PIB nacional.
- C)** A região Centro-Oeste, apesar de ser menos industrializada que o Sudeste, recebeu menos recursos do BNDES em proporção à sua contribuição para o PIB.
- D)** O quociente para a região Norte indica que a Amazônia tem recebido uma proporção de recursos do BNDES abaixo de sua contribuição ao PIB nacional, refletindo menor apoio a essa região.
- E)** O Nordeste, desde o início da década, manteve uma proporção de desembolsos do BNDES menor que sua participação no PIB nacional, indicando dificuldades na apresentação de projetos para a região.

 **GABARITO: B**

 **COMENTÁRIO**

A **alternativa B** está correta. A imagem mostra que, em 2013, a região Sul apresentou um índice de 1,36, o que significa que a proporção de recursos do BNDES destinados à região foi maior do que sua participação no PIB nacional. Isso reflete uma estratégia do BNDES de direcionar mais recursos para fomentar o desenvolvimento regional no Sul.

Análise das Demais Alternativas:

Concurso Público Nacional Unificado (2ª. edição)

www.igepp.com.br

 Aula em PDF 2025  | Pós-Edital ENAP/FGV

- **A) Incorreta:** O Sudeste, com índice de 0,82 em 2013, recebeu uma proporção de recursos **menor** do que sua participação no PIB, diferentemente do que ocorre nas regiões menos desenvolvidas.
- **C) Incorreta:** O Centro-Oeste, com índice de 1,26 em 2013, mostra que a região recebeu mais recursos do BNDES em relação à sua contribuição para o PIB, contrariando a afirmação.
- **D) Incorreta:** A região Norte, com um índice de 1,42, recebeu uma proporção de recursos **maior** do que sua contribuição ao PIB, demonstrando o apoio significativo do BNDES à região Amazônica.
- **E) Incorreta:** O Nordeste, com um índice de 0,98 em 2013, mostra que os desembolsos do BNDES estão praticamente equiparados à sua contribuição para o PIB nacional, não sendo inferior como mencionado.